

Diário da Assembléia

Nº 3.017

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, 17 DE ABRIL DE 1974

ANO IX

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

COMISSÕES PERMANENTES

4.a SESSÃO LEGISLATIVA DA 7.a LEGISLATURA

COMISSÃO EXECUTIVA

PRESIDENTE — João Mansur

1.º VICE-PRESIDENTE — Santos Lima

2.º VICE-PRESIDENTE — Odilon Reinhardt

1.º SECRETÁRIO — Jorge Sato

2.º SECRETÁRIO — Muggiati Filho (M.D.B.)

3.º SECRETÁRIO — David Federmann

4.º SECRETÁRIO — Hélio Manfrinato (M.D.B.)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Costa

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Ivo Thomazoni — Ovidio Franzoni — Antonio Lopes Jr. — Erondy Silvério

— Quielse Crisóstomo — Igo Losso — Wilson Fortes — Paulo Camargo

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Arthur de Souza — Borsari Neto — Fuad Naeli —

Xenofonte Villanueva — Francisco Escorsin — Fabiano Braga Côrtes —

Basílio Zanusso — Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Rita Celestino Soares

REUNIÕES — As quartas-feiras

COMISSÃO DE ORÇAMENTO

TITULARES

PRESIDENTE — Ovidio Franzoni

VICE-PRESIDENTE — Nelson Buffara (M.D.B.)

Fuad Naeli — Fabiano Braga Côrtes — Borsari Neto — Erondy Silvério —

Francisco Escorsin

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — Antonio Maciel — Basílio Zanusso — Marciano Ba-

raniuk — Igo Losso — Antonio Costa — Antonio Belinati (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elcy Silva Batista

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Maciel

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

Lázaro Dumont — Basílio Zanusso — Arizone Araújo

SUPLENTE

Fuad Naeli — Borsari Neto — Ovidio Franzoni — Francisco Escorsin —

Iris M. Caldart (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Ney Rodrigues

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE INSTRUÇÃO PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Lopes Jr.

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

Olavo Ferreira — Antonio Maciel — Rosário Pitelli

SUPLENTE

Gabriel Manoel — Paulo Poli — João Fadel — Ivo Thomazoni — Sebas-

tião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Aparecida R. G. Amaral

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Domício Scaramella (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Gabriel Manoel

Marciano Baraniuk — Iris M. Caldart (M.D.B.) — Alvaro Dias (M.D.B.)

SUPLENTE

Antonio Lopes Jr. — Ovidio Franzoni — Maurício Fruet (M.D.B.) — An-

tonio Belinati (M.D.B.) — Nelson Buffara (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Agildes de Oliveira Martins

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA

TITULARES

PRESIDENTE — Arizone Araújo

VICE-PRESIDENTE — Domício Scaramella — (M.D.B.)

Wilson Brandão — Xenofonte Villanueva — Ovidio Franzoni

SUPLENTE

Marciano Baraniuk — Antonio Costa — Basílio Zanusso — Aguinaldo P.

Lima — Maurício Fruet (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Elza Carneiro Camargo

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TURISMO

TITULARES

PRESIDENTE — Xenofonte Villanueva

VICE-PRESIDENTE — Maurício Fruet (M.D.B.)

Paulo Poli — Marciano Baraniuk — Wilson Brandão

SUPLENTE

Lázaro Dumont — Francisco Escorsin — Borsari Neto — Wilson Fortes

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Maria Stella do Amaral Gurgel

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE FINANÇAS

TITULARES

PRESIDENTE — Quielse Crisostomo

VICE-PRESIDENTE — Alvaro Dias (M.D.B.)

João Fadel — Fabiano Braga Côrtes — Fuad Naeli — Francisco Escorsin

— Gilberto Carvalho

SUPLENTE

Paulo Poli — Antonio Maciel — Wilson Fortes — Aguinaldo P. Lima —

Rosário Pitelli — Antonio Lopes Jr. — Sebastião R. Júnior (M.D.B.)

REUNIÕES — As terças-feiras

SECRETÁRIO — Terezinha Barbosa Moura e Claro

COMISSÃO DE POLÍCIA

TITULARES

PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

VICE-PRESIDENTE — Arthur de Souza

Antonio Costa — Marciano Baraniuk — Nelson Buffara (M.D.B.)

SUPLENTE

Paulo Poli — Ivo Thomazoni — Basílio Zanusso — Maurício Fruet (M.D.B.)

— Sebastião Rodrigues Júnior (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lóris Cordeiro de Barros

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE REDAÇÃO

TITULARES

PRESIDENTE — Gilberto Carvalho

VICE-PRESIDENTE — Iris M. Caldart (M.D.B.)

Gabriel Manoel — Igo Losso — Basílio Zanusso

SUPLENTE

Xenofonte Villanueva — João Fadel — Lázaro Dumont — Antonio Lopes Jr.

— Alvaro Dias (M.D.B.)

SECRETÁRIO — Lélho Guimarães Sotto-Maior

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

TITULARES

PRESIDENTE — Paulo Poli

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

João Fadel — Arthur de Souza — Aguinaldo P. Lima

SUPLENTE

Gilberto Carvalho — Fabiano Braga Côrtes — Antonio Maciel — Quiel-

se Crisostomo — Domício Scaramella (M.D.B.)

SECRETÁRIO — José Tavares Canto Filho

REUNIÕES — Condicionadas a existência de matéria

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

TITULARES

PRESIDENTE — Borsari Neto

VICE-PRESIDENTE — Antonio Belinati (M.D.B.)

Aguinaldo P. Lima — Lázaro Dumont — Arthur de Souza

SUPLENTE

Antonio Maciel — Arizone Araújo — Wilson Brandão — Wilson Fortes —

Domício Scaramella (M.D.B.)

Divisão das Comissões, em 23 de março de 1973.

4.ª Sessão Legislativa da 7.ª Legislatura
Ata da 40.ª Sessão Ordinária
Realizada em 17 de Abril de 1974 (Quarta-Feira)

Presidência do Sr. Deputado João Mansur, secretariada pelos Srs. Deputados Jorge Sato e Erondy Silvério.

A Hora Regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: João Mansur — Santos Lima — Odilon Reinhardt — Jorge Sato — Muggiati Filho — David Federmann — Álvaro Dias — Antônio Belinati — Antônio Lopes Júnior — Antônio Maciel — Arthur de Souza — Basílio Zanusso — Borsari Neto — Domício Scaramella — Emílio Carazzai — Erondy Silvério — Fabiano Braga Côrtes — Francisco Escorsin — Fuad Nacli — Gabriel Manoel — Gilberto Carvalho — Haroldo Bianchi — Iris Caldart — Ivo Thomazoni — João Fadel — Leopoldo Jacomel — Marciano Baraniuk — Maurício Fruet — Nelson Buffara — Olavo Ferreira — Ovidio Franzoni — Quielise Crisóstomo — Paulo Poli — Rosário Pitelli — Sebastião Rodrigues Júnior — Wilson Brandão — Wilson Fortes e Xenofonte Villanueva (38); achando-se ausentes os Srs. Deputados: Hélio Manfrinato — Aguinaldo Pereira Lima — Antônio Costa — Arizone Araújo — Igo Losso — Ivo Rocha — Lázaro Dumont — Luiz Roberto Soares e Paulo Camargo (9).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a S E S S Ã O

O SR. PRESIDENTE — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede a leitura da Ata da Sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede a leitura do seguinte
EXPEDIENTE:

REQUERIMENTOS:

— de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato, solicitando Regime de Urgência para o Projeto de Lei n.º 282-73.

— de autoria do Senhor Deputado Jorge Sato, solicitando dispensa de publicação da Redação Final para os Projetos de Lei n.ºs 36-70 — 275-71 — 286-71 — 19-72 — 134-72 — 173-72 — 179-72 — 60-73 — 68-73 — 218-73 — 222-73 — 273-73 — 251-73.

Requerimento

Senhor Presidente.

Requeiro à Mesa, ouvida a Casa, a inserção em Ata de um voto de profundo pesar pelo falecimento, ocorrido nesta Capital, do Sr. Francisco Rodrigues Torres, prestante cidadão e destacada figura em todos os círculos de atividade de nossa terra.

Aprovado este, requeiro que do fato se dê ciência à família do extinto.
 Sala das Sessões, em 17 de abril de 1974.

(a) — Erondy Silvério

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado subscritor do presente, respaldado nas prerrogativas que lhe confere o Regimento Interno, requer à Mesa, ouvido o Plenário, seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de profundo pesar pelo passamento do Senhor Chafi Boazar, ex-vereador e conceituado comerciante há 30 anos em Piraquara, ocorrido nesta data.

Requer, outrossim, que a decisão da Casa dê-se ciência à família enlutada, na cidade de Piraquara.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1974.

(a) — Nelson Buffara

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições e na forma regimental, requer o registro na Ata dos presentes trabalhos de um voto de profundo pesar, pelo falecimento da Sra Odécia Nicoledé, ocorrido em data de ontem, na cidade de Joaquim Távora.

A veneranda Senhora deixa 6 filhos, inclusive o Sr. Valdemar Nicoledé, pessoa das mais prestigiosas do comércio local, tendo o seu falecimento causado grande consternação naquela cidade.

Requer, ainda, que se dê conhecimento da manifestação da Casa à família da ilustre extinta, na cidade de Joaquim Távora.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1974.

(a) — Gabriel Manoel

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, após ouvido o Plenário, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Irmão Galdino, ocorrido em trágico acidente automobilístico.

O Senhor Mariano Civinski Filho, Irmão Galdino, era professor do Colégio Marista de Maringá e muito estimado em toda a comunidade. No lamentável acidente que ocasionou sua morte prematura, ficaram feridos, ainda, diversos estudantes daquele conceituado estabelecimento de ensino de Maringá.

Da decisão da Casa, requer-se, ainda, se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1974.

(a) — Jorge Sato

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer a inserção na Ata de nossos trabalhos, de um voto de profundo pesar pelo falecimento de Chafi Boazar, prestante cidadão do Município de Piraquara, onde foi Vereador por duas Legislaturas.

Requer, ainda, que da aprovação deste se dê conhecimento à família.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1974.

(a) — Leopoldo Jacomel

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, requer, seja consignado na Ata dos trabalhos de hoje, um voto de congratulações, pela investidura nas elevadas e honrosas funções

de Vice-Consul da Espanha em nossa Capital, do Senhor Saturnino Hermando Gordó.

Homem de empresa, muito conceituado, com um vasto círculo de amizades em nosso Estado, onde exerce também as funções de Delegado da Câmara Oficial Espanhola de Comércio, razão pela qual a sua nomeação para o cargo de Vice-Consul daquele País amigo em nossa cidade, é motivo de júbilo a todos nós paranaenses.

Requer outrossim, uma vez aprovado o presente, dê-se ciência da decisão da Casa ao homenageado, rua Herculano Araújo 185.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1974.

(a) — Nelson Buffara

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer à Casa, após ciência e aprovação do Plenário, seja enviado apelo ao Excelentíssimo Governador do Estado, Dr. Emílio H. Gomes, no sentido de que aquela autoridade estadual, a par da Mensagem que beneficia os funcionários do Poder Executivo, envie também Plano de Lei complementar abrangendo, para a medida, os funcionários de nível universitário dos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como do pessoal do Tribunal de Contas.

Se semelhante Plano beneficiou milhares de funcionários de grau superior no Poder Executivo, não seria, Sr. Presidente, uma minoria de funcionários destes Poderes que iriam onerar consubstancialmente os cofres estaduais.

A alienação dos mesmos seria uma grande injustiça que se cometeria sem razão de ser, desestimulando funcionários que, desempenhando idênticas funções, se vêm tolhidos de uma gratificação que, por direito, também a si pertence.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1974.

(a) — Antônio Belinati

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve no uso de suas atribuições regimentais, requer, após ouvido o Plenário, seja endereçado ao Senhor Ministro dos Transportes e Governador do Estado, expediente solicitando providências imediatas para pavimentação da Rodovia Campo Mourão-Goioerê, BR-272.

Tal solicitação se justifica plenamente, tendo em vista alcançar a região expressivo índice de produção agrícola, especialmente na cultura do algodão, oferecendo aos cofres públicos considerável contribuição econômica. A precária situação do setor rodoviário tem atrasado o progresso regional, dificultando o escoamento da produção e provocando transtornos e desestímulo aos produtores.

A pavimentação desses oitenta quilômetros de rodovia significará alto investimento para o Poder Público, pois estimulará, substancialmente, uma maior produção e desenvolverá, sbremaneira, essa rica região de nosso Estado.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1974.

(a) — Álvaro Dias

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, na forma regimental, tendo em vista a Instrução Normativa 01, de 10 de abril corrente, que estabeleceu normas quanto à expedição de certidão negativa de multas, concede um prazo de validade de apenas 24,00 horas para certidão para novo registro de automóveis dentro do Estado, e considerando que tal prazo é extremamente curto dada as grandes distâncias de determinadas cidades para outras em nosso Estado, requer, ouvido o Plenário, que se encaminhe apelo ao Diretor do DETRAN, solicitando providências no sentido de que o mencionado prazo seja dilatado.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1974.

(a) — Nelson Buffara

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente Requerimento, usando de suas atribuições legais, REQUER, após consultado o Plenário, seja encaminhado expediente ao Excmo. Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a necessidade de serem adotadas urgentes providências, no sentido de melhorar as condições de tráfego da Rodovia do Café.

A referida rodovia está sendo considerada hoje uma das mais perigosas do Brasil, sendo uma constância ali, o matagal às suas margens, falta de melhor sinalização e acostamento que não existe em diversos trechos de tão perigosa estrada, além da falta de um policiamento mais intensivo. Há também na Rodovia do Café pontes danificadas, trecho de asfalto danificado e pontos em que o motorista poderá perder o volante, em consequência do asfalto ter sofrido afundamento. De vez em quando é procedido o recapeamento da estrada, notando-se que o gabarito do serviço executado é dos piores. Na mesma estrada existe posto fiscal que constantemente, está fechado por falta de guarda rodoviário, o que é muito comum ser observado na altura da Serra do Cadeado.

A Rodovia do Café está abandonada, carecendo de uma maior atenção da Secretaria dos Transportes, pois os acidentes se sucedem ali já como rotina, ceifando a vida de inúmeros pais de família. Caso não seja melhorada a condição de tráfego, a Rodovia do Café tende a ser dentro de pouco tempo a primeira do Brasil em número de acidentes e mortos.

Após a sua inauguração, a Secretaria dos Transportes e o DER pouco realizaram que trouxessse alguma contribuição positiva para corrigir as deficiências da Rodovia do Café.

Esta reivindicação é oportuna e feita em nome de uma parcela considerável de pais de famílias que viajam com frequência pela Rodovia do Café, muitos profissionais do volante e tantos outros que por ela circulam à passeio. Quem já passou por esta estrada sabe perfeitamente dos perigos que ela oferece aos motorista, daí a necessidade da atenção da Secretaria dos Transportes para tão necessária providência.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1974.

(a) — Antônio Belinati

Requerimento

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, no cumprimento de suas atribuições preceituadas pelo Regimento desta Augusta Casa de Leis, solicita a anuência dos ilustres Senhores Deputados da ARENA e do MDB para que seja endereçado apelo ao Presidente da TELEPAR, visando a adoção de urgentes providências para melhorar o serviço de comunicações telefônicas procedido através do sistema de DDD.

O Paraná está colocado em primeiro lugar quanto ao número de cidades servidas por discagens diretas, mas, de outro lado, também se destaca em relação a precariedade que o sistema está apresentando. O usuário tem o telefone, precisa discar com rapidez para Londrina, Maringá, São Paulo, Rio de Janeiro ou outros centros, mas acaba ficando apenas na vontade. Não consegue canal vago, pois poucas linhas estão em funcionamento, acarretando sério acúmulo nas comunicações. O usuário se vê obrigado a aguardar, às vezes, quase o dia inteiro para uma comunicação com São Paulo. E se sente feliz quando consegue, mesmo com longa demora, pois isto nem sempre é possível. Mal começa a discar e já dá sinal de ocupado em virtude da sobrecarga de serviço do DDD em todo o nosso Estado. Os prejuízos estão sendo incalculáveis para o comércio, a indústria e o usuário de um modo geral.

Estamos sentindo que a idéia do DDD foi excelente, mas o resultado negativo, havendo necessidade urgente da TELEPAR colocar imediatamente, novos canais para servir os principais centros paranaenses, pondo fim ao danoso congestionamento que se observa no sistema de comunicações de Discagens Direta à Distância.

Caso não sejam adotadas as providências aqui sugeridas, o Paraná corre sério risco de sofrer um colapso nas comunicações telefônicas, porquanto o serviço está piorando e trazendo transtornos para aqueles que usam o telefone com frequência. A precariedade deste serviço não tardará para abalar, inclusive, o ritmo de desenvolvimento do nosso Paraná, sendo o telefone peça fundamental para o mundo moderno em que vivemos.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1974.

(a) — Antônio Belinati

O SR. PRESIDENTE — Está finda a leitura do Expediente.

Esta Presidência tem a satisfação de anunciar a presença neste Plenário do Sr. Prefeito Municipal de São João.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados.

(Lendo): "Por ter-se esgotado o nosso tempo, não pudemos, em nossa passagem por esta Tribuna, anteontem, concluir pensamento sobre a Mensagem Governamental dispondo sobre o aumento de vencimentos do funcionalismo do Estado, na parte que trata da chamada "Gratificação de Produtividade".

E, logo em seguida, obrigando-nos a meditar sobre o assunto em maior profundidade, ocupou a Tribuna o Senhor Líder do Governo, para anunciar que o benefício, através de outra Mensagem, será estendido a Magistrados, Procuradores e Promotores Públicos, Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado, não alcançando, porém, os Servidores de nível universitário do Judiciário, Legislativo e da Corte Contenciosa. Disso o nobre Líder, na oportunidade, que esses Servidores não seriam contemplados tendo em vista o montante elevado de comprometimento de verbas.

A nova situação obriga-nos, agora, a considerações mais profundas, e que de início não pretendíamos fazer. Basicamente, instituir a chamada "Gratificação de Produtividade" constitui uma confissão do Poder Público de que seus servidores de nível universitário são remunerados mal. Admitimos o contrasenso do acessório ser maior que o principal, a liberalidade maior que a obrigação, a gorjeta maior que a conta, por um único motivo: acreditávamos, como continuamos a acreditar, que a providência é de emergência, até que se resolva, em profundidade, o problema do baixo nível remuneratório dos funcionários com cursos universitários. Era essa nossa tese, e continua sendo, a de que o benefício, sendo todos iguais perante a lei, princípio jurídico básico, deveria ser estendida aos formados dos três Poderes e do Tribunal de Contas de maneira equitativa. Qual nossa surpresa, portanto, ao ver que a extensão a ser proposta será de outro nível, abrangendo não os Servidores mas a categorias especiais e a membros de instituições.

Entendemos, também, que Magistrados, Conselheiros, Auditores e Procuradores do Tribunal de Contas, bem assim os membros do Ministério Público, são mal remunerados. Entretanto, não lhes é cabível "Gratificação de Produtividade", pelos mesmos motivos que não puderam perceber as gratificações por tempo integral ou dedicação exclusiva. É da própria natureza das funções o tipo de dedicação, o volume de trabalho, e portanto a própria produtividade. No caso dos Magistrados e Conselheiros do Tribunal de Contas, outro aspecto realça. Os proventos, por ordem constitucionais, são irredutíveis.

Uma vez concedida a "Gratificação de Produtividade" jamais poderá lhes ser subtraída, passando a incorporar proventos irredutíveis. Em consequência, os Magistrados inativos terão igualmente direito a reivindicar a importância, eis que a lei lhes garante remuneração idêntica a dos Juízes ou Desembargadores em atividade.

Por outro lado, se for levantado o número de beneficiados, somando Magistratura, Ministério Público e Tribunal de Contas veremos que ultrapassa 600, que seria, segundo informações que temos, a somatória dos servidores de nível universitário dos Poderes esquecidos pela Mensagem Governamental, falhando, portanto, o argumento economia.

Sendo nossa intenção, colaborar com a administração do ilustre Governador Emílio Gomes, e na disposição única de apontar construtivamente as falhas da Mensagem, evidentes erros de assessoria, é que fazemos tais reparos.

Não podemos abrir mão da posição de apelo, para que modifique, através de sua Liderança nesta Casa, o texto do Artigo oitavo e seu Parágrafo, de forma que o aumento, em 1975, venha incidir sobre os vencimentos com o abono já incorporado.

Não aceitamos os argumentos que instituem, aqui no Paraná, a distinção entre servidores dos Três Poderes, principalmente quando o que já seria um privilégio dos Servidores do Executivo, é ampliado para membros de instituições que a ele não teriam acesso, formalmente.

Nossa sugestão, e nosso apelo, nesse sentido, é de que o Senhor Governador reexamine o assunto com todo o cuidado...

O SR. PRESIDENTE — A Mesa informa que resta apenas um minuto.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Agradeço a V. Exa. e concluirei num minuto.

"...para que neste seu último ano de administração, consiga deixar marcada na administração do Estado sua presença humana, justa e coerente, como humano, justo e coerente sempre foi o homem Emílio Hoffmann Gomes".

Não vou terminar a leitura porque não dá tempo, mas acho que ficaria muito bem deixando um apelo à figura humana do Sr. Governador, porque sua Mensagem me parece desumana para com o Servidor. Dá com a direita e tira com a esquerda. Dá em 74 e tira em 75. Os argumentos expendidos pelo Líder a mim não convencem porque há um compromisso do Presidente desta Casa, Deputado João Mansur, quando Governador do Estado, de que seriam concedidos 12% de abono em 73, mas que em 74 havia um compromisso do Governador Emílio Gomes e dele próprio João Mansur, que tanto dignificou esta Casa no exercício da Governança do Estado, de que em 74 seriam concedidos

10% em março e 10% de abono em outubro e que em 75 seria incorporado o abono e o Governo daria percentual idêntico ao que desse o Governo Federal a seus servidores.

No entanto a Mensagem é uma burla à palavra empenhada, mas estamos aqui para cobrar do Governador Emílio Gomes, homem justo, coerente e humano e do Presidente desta Casa que é um homem digno, o cumprimento daquela promessa.

Quanto à Gratificação de Produtividade, todos são iguais perante a lei e não se justifica que se estenda a outras categorias esta quantia e se esqueça os funcionários de nível universitário do Judiciário e do Legislativo".

Não vou concluir a leitura agora, mas o farei em outra oportunidade, com maiores detalhes.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado Paulo Poli.

O SR. PAULO POLI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sinto nesta Casa um certo descontentamento, uma preocupação com o Servidor Público deste Poder, que observa o verdadeiro desprestígio que envolve a Assembléia Legislativa quando o Poder Judiciário e o Poder Executivo nesta Mensagem de aumento e reclassificação vem, de certa forma, beneficiar de um modo geral o Funcionalismo do Estado. E então, nesta minha rápida passagem por esta Tribuna, eu faria um apelo ao meu nobre amigo, eminente Líder do Governo, Deputado Ivo Thomazoni, que se atenha a este problema, levando ao Governador do Estado, eis que numa análise, a grosso modo, observa-se que realmente os Funcionários da Assembléia Legislativa estão sendo preteridos na majoração dos vencimentos dos demais Poderes.

Queria deixar aqui portanto o meu apelo ao eminente Líder para que tome estas providências, para que os Servidores que vivem conosco diuturnamente, laboriosos, que são eficientes, dedicados e leais, sejam contemplados também com o mesmo espírito de justiça, pelo valor que eles têm, como têm também os Servidores de outros Poderes.

Fica aqui, portanto, o apelo que faço em nome desses Funcionários, ao Deputado Ivo Thomazoni. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Antônio Lopes Júnior.

O SR. ANTÔNIO LOPES JÚNIOR — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ontem, no tempo apertado de um aparte, não foi possível expender as minhas idéias, conforme desejava, a respeito da atuação parlamentar do Deputado Olavo Ferreira. Quero complementar o que disse ontem, para dizer que esse nosso colega, Deputado Olavo Ferreira, tem tido uma atuação que condiz com a representação popular. Há poucos dias, tive oportunidade de relatar na Comissão de Justiça, um Projeto de sua autoria, criando zonas climáticas. Este Projeto, tem um valor extraordinário e merece um estudo posterior para melhor esclarecimento da população paranaense, a seu respeito. Mas, quero me referir hoje, Srs. Deputados, a respeito da coragem cívica, da elevação moral, do despreendimento deste nosso colega, ao defender os interesses do povo, ameaçado por trustes internacionais.

É preciso coragem, Srs. Deputados; é preciso ter hombridade; é preciso ter atrás de si um passado que o enaltece e ter um livro de sua vida escrito com o mais denodado esforço e dedicação à causa pública. S. Exa. o Deputado Olavo Ferreira merece, por isso, a estima de todos nós, porque teve a coragem cívica de vir aqui e denunciar de público esta escamoteação daqueles que se escondem atrás do Poder Econômico, para massacar o povo e tentar desfazer o esforço do Governo pela contenção dos preços. Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao quarto orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

No nosso entendimento, a Mensagem do Sr. Governador do Estado, aumentando os vencimentos do Funcionalismo Público do Estado, é uma Mensagem insuficiente, irreal, injusta e discriminatória. O Paraná se constitui neste episódio de aumento dos vencimentos do Funcionalismo, numa exceção. E nós preferimos que o Paraná se constitua exceção sempre que for uma exceção positiva. Digo se constitui exceção, porque outros Estados, a União e os Municípios, concederam a seus Funcionários um aumento na ordem de 20%. Mas, nossa presença na Tribuna, já que o quantum oferecido pelo Estado a seus funcionários, é fato consumado, se prende a uma sugestão, a um apelo, a uma solicitação à Mesa da Assembléia Legislativa do Paraná, procurando corrigir a discriminação oferecida pelo Governo do Estado, na Mensagem enviada a esta Casa.

Lamentamos profundamente que haja esse instituto discriminatório, porque se caracteriza um prejuízo aos Funcionários deste Poder e, ao mesmo tempo, se configura o desprestígio do Poder Legislativo. E é lamentável, sobretudo quando sabemos que o Sr. Governador do Estado foi buscado no seio do Poder Legislativo, para assumir as altas funções de Chefe do Executivo Paranaense, e por essa razão, deveria, como sempre esperamos, considerar mais o Poder Legislativo, definido por ele mesmo no início deste ano legislativo, como "fonte e origem dos demais poderes".

Mas tomo a liberdade de fazer a leitura do Requerimento que apresentamos hoje: (Lê)

"Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais,

CONSIDERANDO:

I — que o anteprojeto de Lei encaminhado pelo Governador do Estado visando a alteração, a partir de 1.º de março do corrente ano, da redação do artigo 3.º da Lei n.º 6.156, de 02 de outubro de 1970, que dispõe sobre a quota de produtividade, não atingiu o Poder Legislativo, fato que discrimina Poderes, põe por terra a propalada "paridade" entre vencimentos de funcionários e cria uma situação de descontentamento no Quadro funcional desta Assembléia Legislativa;

II — que o Governo do Estado não pretende corrigir esta anomalia, apesar dos insistentes apelos formulados pelas lideranças políticas desta Casa;

III — que no referido anteprojeto (mensagem 20-73), admite a opção entre a gratificação de produtividade e a do tempo integral;

IV — que está em plena vigência o Decreto Legislativo n.º 362-72, de 29 de agosto de 1972, que institui o regime de tempo integral e dedicação exclusiva, para os funcionários deste Poder, mas ainda não aplicado pela Comissão Executiva.

REQUER

a Vossa Excelência que, como forma compensadora daquele desajuste de venci-

mentos, como reparadora desta discriminação entre vencimentos de funcionários dos três Poderes e a título de justiça, seja implantado com urgência o Decreto n.º 362-72, para os funcionários da Assembleia Legislativa.

Sala das Sessões, em 17 de abril de 1974.

(a) Alvaro Dias.

Esse o teor do Requerimento que esperamos seja acolhido por V. Exa. Era só. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Esta Presidência registra com satisfação a presença do Sr. José Afro Filho, Prefeito Municipal de Santa Inês. Concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Nelson Buffara.

O SR. NELSON BUFFARA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Há poucos dias atrás, o Sr. Diretor do Detran assinou decreto que deixou todos os Despachantes de veículos de nossa cidade e do Estado inteiro sobressaltados, isto porque esse decreto lei fixa em 24 horas improrrogáveis o prazo de validade de uma certidão negativa de multa. É evidente que quando um carro licenciado em Guaira ou Palotina há necessidade de ser feita a transferência.

O Detran funciona apenas no período da tarde não só aqui em Curitiba, como em Paranaguá e em todo o Estado. Pela manhã o expediente é apenas interno, não atendendo as partes. Muitos desses despachantes quando enviam um mensageiro a uma cidade do interior, vamos citar no caso as já mencionadas, Palotina ou Guaira, é óbvio que ele gasta quase que 24 horas para ir e voltar. Isto significa que é impossível cumprir as normas baixadas pelo Detran no que concerne ao prazo de 24 horas.

Fazemos um apelo, através de Requerimento que encaminhamos à Mesa, para que o Sr. Diretor do Detran eleve o prazo para, no mínimo, dez dias já que o prazo era de 30 dias e S. Exa. baixou para apenas um dia. Nestas condições, os Despachantes não poderão cumprir as normas baixadas pelo Sr. Diretor do Detran. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sexto orador inscrito, Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Sei que é difícil para a Liderança do Governo procurar o convencimento dos nobres Pares na difícil tramitação da Mensagem Governamental que pretende conceder aumento ao funcionalismo público de nosso Estado aos funcionários dos Três Poderes. Há uma camada do funcionalismo irritada já com este Poder considerando que a tramitação já está sendo sobrestada e impossibilitando a implantação na folha do benefício previsto por aquele Anteprojeto de Lei e devo, tão somente para dar uma satisfação aos Srs. Deputados da Arena e do MDB, que desta Tribuna têm apelado mais especificamente no sentido de que os benefícios da Gratificação de Produtividade proposta aos funcionários portadores de diploma de Ensino Superior do Poder Executivo, extensivo agora ao Magistrado e ao Pessoal da Procuradoria da Justiça e do Tribunal de Contas, devo, para adiantar a informação, dizer que pretendo hoje, na Comissão de Constituição e Justiça, relatar a Mensagem original que institui o aumento de vencimentos do funcionalismo. Todavia, estão oferecendo um Substitutivo para expungir daquela Mensagem, "in totum" o Artigo 9.º, aquele que prevê a instituição da Gratificação de Produtividade, para que este assunto seja analisado posteriormente num outro documento já inserido numa Mensagem complementar que já se encontra nesta Casa e só não foi anunciada hoje porque houve demora no processamento do protocolo desta Casa e o será por parte da sessão de amanhã. E, portanto, a minha presença nesta Tribuna motivo de tranquilizar os Srs. Deputados para que entendam que a tramitação da Mensagem que pretende o aumento do funcionalismo público, não prejudica absolutamente as tentativas dos Srs. Deputados em estender a gratificação, a quota de Gratificação de Produtividade aos Funcionários dos outros Poderes, porque este assunto passará a ser analisado nas Comissões Técnicas, a partir da próxima semana. O Sr. Governador encaminhou Mensagem original e quando encaminhou a Mensagem complementar expungiu o Artigo 9.º que instituiu a Gratificação de Produtividade. Portanto, passaremos a discutir em duas etapas, uma especificamente com o aumento de 10% a partir de 1.º de março e com a autorização que se promova o aumento na mesma época em que o Governo Federal conceder aumento ao funcionalismo federal, possivelmente em março de 75, para tratarmos da Mensagem que institui a Gratificação de Produtividade, a partir da próxima semana, que está vasada no Anteprojeto de Lei que campeia a Mensagem complementar. Era o que me cabia informar. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Encerrado o Pequeno Expediente, passaremos ao Grande Expediente.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Maurício Fruet, primeiro orador inscrito.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Sr. Presidente, Exmos. Srs. Deputados.

Enviei o Sr. Emílio Gomes em data de 26 de março de 1974 Mensagem a esta Casa propondo aumento ao Funcionalismo estadual, palavras que, conforme já dissemos desta mesma Tribuna, não aceitamos, está mal colocada, será injusta e imparcial e ao fundamentar esta Mensagem, afirmou S. Exa. que: (Lê): Na atual conjuntura financeira do Estado, observadas as taxas de crescimento da Legislação Federal aplicadas na espécie da receita e a previsão de arrecadação para os próximos meses as determinações e manutenção de despesa global de pessoal, etc."

O Sr. Líder do Governo ao trazer a notícia desta Mensagem, afirmou que antes de enviá-la à Assembleia Legislativa, S. Exa. o Sr. Governador do Estado havia designado uma Comissão do mais alto e elevado nível para estudar todos os problemas porventura decorrentes desta manifestação. E estudou mal. Tão mal, que poucos dias depois observou uma série de injustiças, algumas das quais, felizmente foram corrigidas. Porém, se conclui de início que não houve estudo nenhum. Foi praticamente até uma Mensagem feita de afofado, igual a outras Mensagens que já vieram nesta Casa desde 71, data em que temos o privilégio de conviver com os Srs. Deputados. E depois da primeira Mensagem, vem a segunda, corrigindo algumas distorções, mas ao mesmo tempo aumentando uma série de injustiças que agora nos propomos a analisá-las. O Governo do Estado de São Paulo, dia seis do corrente mês, aprovou um aumento ao funcionalismo do vizinho Estado, da ordem de 20% a partir de 1.º de janeiro de 74. Nesta Mensagem, propôs o Chefe do Executivo bandeirante, que o Salário Família do Servidor devido aos filhos e dependentes fossem majorados para 30%. O que não acontece com a nossa Mensagem de aumento. O Salário Família permanece no mesmo índice fixado na Mensagem anterior. Seria erro se não fizesse muita diferença para o servidor, uma vez que os salários são congelados anos após anos. Como vemos, o aumento

é uma coisa, reajuste é outra bem diferente. O reajuste se faz em torno do aumento do custo de vida no território nacional e, particularmente, em nosso Estado. O BADEP, órgão oficioso do Governo, analisando a economia paranaense em 73, publicou em seu boletim que o aumento do custo de vida no Estado do Paraná foi naquele ano, da ordem de 73%. É um órgão oficial do Governo do Estado do Paraná quem presta estas informações. Consequentemente, é irrisório o aumento de 10% a partir de março do corrente ano. Porque na verdade é um aumento que de forma alguma irá fazer frente ao constante aumento do custo de vida. Mas tem um detalhe muito pior e muito mais grave, e até dúbio sob todos os aspectos. A Redação do Art. 8.º da Mensagem n.º 1, de S. Exa. o Sr. Chefe do Executivo, quando afirma: "Fica o Poder Executivo autorizado a, sempre que o Governo Federal conceder majoração de vencimentos ao seu funcionalismo, a reajustar por decreto até o mesmo percentual vigente, adotado pela União". Primeiro, fala a Mensagem em "autorização". A autorização não tem aspecto de obrigatoriedade. Isto é, o Governo aumenta se quiser. E provavelmente em março, quando este aumento for discutido, S. Exa. o Governador Emílio Gomes não mais será o Governador do Estado do Paraná. Portanto, ele não pode se comprometer com o funcionalismo público com uma coisa pela qual ele não estará em condições de cumprir, provavelmente. No mesmo artigo, fala-se na palavra "técnica". Significa que se a União concedendo aumento ao funcionalismo público da ordem de 20%, o Governador além de não estar obrigado, está autorizado; faz se quiser, ele não necessita e obrigatoriamente dará este aumento no percentual da União, mas sim até 20%. Se quiser dará 3, ou 12% ele dá. Esta Casa perigosamente estará oferecendo ao Chefe do Poder Executivo que governará o Estado em 75 uma autorização que se ele não tiver sensibilidade, o novo Governador virá terrivelmente recair sobre os ombros já sobrecarregados do Funcionalismo Público do Estado do Paraná. Mas, nos parece muito mais sério ainda o parágrafo único do mesmo artigo, quando afirma que com reajuste, entre outras coisas, o Poder Executivo procederá com as deduções que se fizerem necessárias à incorporação do abono provisório dado pelo artigo 3.º desta Lei. Isto significa, Srs. Deputados que este ano o Funcionalismo terá um aumento de 10% em março; um abono provisório de 10% em outubro, que não recai sobre as demais vantagens, em média vai dar ao funcionário a fabulosa e estarrecedora percentual de 13,3%, aproximadamente no ano de 1974.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Apenas para afirmar a V. Exa. que está equivocado, o aumento que o Sr. Governador está propondo através da Mensagem 14-74, é bem superior aos índices que V. Exa. está anunciando. Porque num período não inferior a 12 meses, o Governador deu um aumento no mês de outubro de 73. O outro Governador concedeu ao funcionalismo um aumento em outubro do ano passado. Os 10% do aumento a partir de março de 74, e 10% de abono a partir de outubro do corrente ano, representarão um aumento de 16%, num período que vai de março do corrente ano a 1.º de outubro do corrente ano e até 1.º de março do ano que vem. Concorro que talvez não seja este percentual dos melhores para o funcionalismo mas é o que o Governo pode dar.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Deputado Ivo Thomazoni, inicialmente gostaria de, desta Tribuna, render minhas homenagens a V. Exa. Não só a V. Exa. como a inúmeros ilustres Parlamentares da Aliança Renovadora Nacional, entre os quais gostaria de destacar a figura do Sr. Presidente João Mansur, porque sabemos que V. Exa. juntamente com o Deputado João Mansur, em diversas oportunidades, foram ao Chefe do Poder Executivo, procurando sensibilizá-lo em torno de assuntos e problemas levantados por esta Casa.

Agora, S. Exa. me permite advertir em dois aspectos. O primeiro deles não posso concordar com o termo "aumento". Não é um aumento, é um reajuste parcial, muito parcial. O aumento, já falamos desta Tribuna, se dá ao funcionário de uma empresa, ou do Estado, que por mérito qualquer se tenha destacado numa certa posição. Então o Chefe Superior chama o funcionário e afirma: Você vai muito bem, vai ganhar mais 100 cruzeiros. Isto é aumento. O reajuste do salário é bem diferente. É em função do crescimento do custo de vida e o crescimento do custo de vida no Estado do Paraná em 73, conforme repetidas afirmações desta Tribuna com base em noticiários do BADEP, órgão oficial do Estado, foi de 33%. Aí a primeira divergência. A segunda divergência é o cálculo percentual do aumento para 74, em ordem aritmética. Fizemos o cálculo e o aumento do funcionalismo público em 74 será na ordem de 13,3%. Isto seria apenas um detalhe. O mais grave é que em março de 75 o novo Governador vai atender esta autorização que a Assembleia concedeu e vai reajustar os vencimentos do funcionalismo público estadual com o mesmo percentual concedido pelo Governo da União. A União concede 20% e ele concederá 20% deduzindo o abono de outubro de 74. Assim sendo o aumento do funcionalismo público em 75 já estará definido no instante em que votamos esta Mensagem nos termos em que vem, em torno de 15%.

Gostaria de citar um dado. A partir de fevereiro de 70 até agora o funcionalismo público, com o surto de desvalorização da moeda, leva uma desvantagem enorme e que nunca mais vai ser superada, porque está se corrigindo alguma coisa, mas não se faz justiça como era necessário.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado Maurício Fruet, como V. Exa. poderá ter observado tenho tido, sob pena de ser considerado omissor, um certo escrúpulo no debate da matéria Funcionalismo Público, mesmo porque nesta Casa existem vários Deputados que se manifestam sobre o assunto com maior conhecimento de causa. Levando em conta dados que V. Exa. mencionou comparando o aumento dos funcionários do Estado com os da União e mesmo de outros Estados, dando razão a V. Exa. em suas considerações, me permito destacar o tópico do abono provisório.

Entendo que o abono é uma reconquista. Sei porque lutei, como funcionário do Banco do Brasil, ao lado de meus colegas para obtê-lo e o fundamento dele é o mais justo possível. Atente V. Exa. Um funcionário público ou de uma autarquia, recebe o aumento em março. A partir de abril, considerando a desvalorização da moeda em 2% ao mês, o aumento ficará valendo 18%. Em maio, 16%. O ideal seria que o salário fosse corrigido mensalmente, para que houvesse uma justiça salarial. Entretanto, face às implicações de ordem burocrática, isto se torna impossível. Assim sendo o abono é uma correção salutar ao salário para se impedir que ao final do ano não venha somente o funcionário a ser atingido pela desvalorização da moeda. É uma antecipação do aumento e justo é, quando o aumento concedido, que o abono seja incorporado a ele. Falo sobre o assunto porque acho que o critério do abono deve ser preservado. É uma conquista, faltando maiores detalhes na exposição de motivos que encaminhou a Mensagem, porque o abono é um benefício que uma pequena categoria de assalariados conquistaram inclusive os funcionários do Banco do Brasil. Sem querer entrar no mérito da percentagem, o critério de abono deve ser mantido e sobre o mesmo não incidem obrigações previdenciárias, ou outras de qualquer espécie. Então, por exemplo, se o Governo, hoje, desse o aumento justo que é de 24 por cento, a partir de outubro de 74 ele daria 12 por cento por conta do aumento de 75; e, em março de 75, o Governo ti-

raria esse abono e daria o aumento. Acho que o critério do abono deve ser mantido, não vejo melhor forma de compensar o desgaste salarial. O ideal seria uma correção mensal do salário, como ocorre com os vencimentos do Senhor Presidente da República.

Já lutei por isso dentro do corpo de Funcionários do Banco do Brasil e também na área sindical. Acho que o abono deve ser mantido, se o índice for justo, melhor. Agora, o critério do abono deduzível deve ser mantido, porque é a antecipação salarial, corrige a inflação. Porque, recebe um aumento de 24 por cento antes de haver o desgaste salarial de 24 por cento. Então, a figura do abono corrige parcialmente o desgaste salarial.

O SR. MAURICIO FRUET — Sem dúvida, V. Exa. tem razão. Mas acho que o abono não irá corrigir, ou melhor, suprir, de forma alguma, os constantes aumentos do custo de vida. Não é preciso ser adivinho para se dizer isso. Neste princípio de ano os preços subiram astronômicamente. E é claro que o funcionalismo estadual que já tem um salário achatado, sofre mais que as demais categorias profissionais, porque ele, na sua grande maioria, vive somente de seus vencimentos insignificantes para sua manutenção.

Mas, existem ainda, Srs. Deputados, outros aspectos dessa Mensagem que provocam grande injustiça. Mas, antes de analisarmos, gostaríamos, mais uma vez, de assinalar a V. Exa. Sr. Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, nobre Deputado Fabiano Braga Côrtes, que, por intermédio do nobre Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, encaminhamos duas Emendas que devem ser apresentadas àquela Comissão e, uma delas, altera o artigo 8.º e diz: "Sempre que o Governo Federal conceder majoração geral de vencimentos aos seus Funcionários, o Poder Executivo reajustará, por Decreto, os vencimentos do Funcionalismo público estadual, nos mesmos percentuais e vigência adotados pelo Governo Federal".

Portanto, desejamos caracterizar, com essa Emenda, uma obrigatoriedade de reajuste imediato e nos mesmos moldes do Governo Federal.

O Sr. Sebastião Rodrigues Júnior — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Digo a V. Exa. que, por sistemática, a forma correta é aumento com exclusão de abono. A forma encontrada no meio sindical, foi não a incorporação, a exclusão por causa do problema da implantação em folha. O abono é um adiantamento. É evidente que o aumento se é dado dentro do índice de 24%, então que V. Exa. propõe é o seguinte: que se for 24% e o abono 10%, que se dê 14 e incorpore 10%. Porque, então, não se dá 24 e exclua os 10. Porque em termos de figura jurídica, a incidência, a obrigações previdenciária, a obrigatoriedade da incorporação, já configuraria os vencimentos no seu aspecto jurídico, sujeito a obrigação previdenciária e uma série de obrigações mais. E o tipo de adiantamento, não. Então, o problema é porque não se aumentar mensalmente o salário. Se dar um vencimento mensalmente renovado. V. Exa. já pensou para implantar no Estado inteiro, mensalmente, uma nova folha? O abono, eu me lembro, nos vencimentos do Banco do Brasil, nós recebíamos e apenas começávamos a descontar previdência social, a partir do novo aumento, com exclusão do abono.

Então, não vai provocar problema de ordem contábil no Estado, a implantação definitiva em folha. A incorporação obrigatória já se transforma em vencimento. Então estaria sujeito a todas essas implicações. A forma correta, seguida pelo Sindicato dos Bancários, através de sua Confederação, numa época em que ela tinha força, a forma jurídica encontrada e julgada ideal, foi a da antecipação salarial, através do abono, com exclusão que ele não seria incorporado. Não muda tecnicamente nada, superficialmente, mas na essência, em termos de burocracia a alteração é muito grande.

Não quero sacrificar o instituto do abono. Veja V. Exa., se o Governo do Estado tivesse dado 20% e abono de 10%, a partir de outubro, nós acharíamos justo. O erro dele agora, foi não ter dado 20%, não é o abono que está errado. V. Exa. compreende?

A obrigatoriedade do abono deve ser mantida a todo custo, de forma correta e a Mensagem através da exclusão do abono, que implica praticamente na incorporação do abono. Entendeu V. Exa. meu ponto de vista?

O SR. MAURICIO FRUET — Ocorre, Excelência, que o abono que será concedido em outubro, será reduzido no reajuste em 1975 que vem totalmente em desacordo com a tese do abono como bem salientou V. Exa. sujeito a luta salarial da mais alta importância, num passado que vai um pouco distante, mas é lembrado. Ocorre que nessa Mensagem, o abono será deduzido do reajuste que será concedido em 75, fixando-se aí aquele percentual que havíamos salientado anteriormente. Por essa razão, no parágrafo único, concomitantemente com o reajuste a ocorrer no próximo ano, com base ao que dispõe esse artigo, o Poder Executivo procederá a incorporação do abono provisório de que trata o artigo 3.º dessa lei. Exatamente o que V. Exa. está afirmando.

O sr. Sebastião Rodrigues Júnior — Se o abono é uma antecipação dos futuros vencimentos não há que somá-lo ao futuro. Será deduzido, porque a tese do abono, ou a sua técnica, implica que ele é antecipação dos vencimentos. O governo irá dar 24% a partir de março, deu 10% a partir de outubro, por conta. Para implantar 24% tira os 10, e essa a figura do abono. Já que o Governo vai dar 20% agora, ele devia dar 10 e 10. Esse desdobramento do aumento a ser dado agora. Mas, a figura técnica do abono é a antecipação.

O SR. MAURICIO FRUET — Mas não há figura técnica nenhuma nessa Mensagem. O que há é uma série de figuras que nada tem a ver com a técnica.

O sr. Sebastião Rodrigues Júnior — Acho que V. Exa. poderá fazer o seguinte, em vez de usar a figura abono, fosse considerado como aumento de vencimento de 10% a ser dado a partir de outubro, aí sim. Então, o ano que vem daria, dentro do que o Governo Federal fizesse, 4% e 10% a partir de outubro. Então, o ideal seria tecnicamente que fosse considerado aumento de 10%, esse aumento a ser concedido em outubro. Mas abono provisório é antecipação e não pode ser incorporado.

O SR. MAURICIO FRUET — Sua Emenda somente poderá trazer benefícios. Gostaria de prosseguir citando as injustiças que se comete ao Funcionalismo público estadual.

No parágrafo 3.º, do art. 9.º, que trata da taxa de produtividade o Chefe do Poder Executivo afirma: "A gratificação de que trata este artigo fará parte integrante dos proventos de inatividade nos casos de aposentadoria por tempo de serviço".

Os funcionários inativos do Estado do Paraná fariam jus a esta taxa de produtividade se aposentados por tempo de serviço.

A nova Mensagem, em seu parágrafo 4.º, está cortando esta regalia uma vez que fala que a Gratificação de Produtividade somente fará parte integrante dos proventos de inativos que se aposentem futuramente.

O Sr. Presidente, a Mensagem falava em estender os benefícios da Gratificação de Produtividade aos inativos, agora está cortando esta gratificação

dos funcionários que se encontram em inatividade. Somente concederá aqueles que se aposentarem após a vigência desta lei. Para nós há um desequilíbrio total, porque não se pode, de forma alguma deixar de olhar pelos interesses daqueles que dedicaram toda sua existência ao serviço público e agora estão aposentados recebendo salários de miséria. O momento é sério.

O sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. afirma que na Mensagem 14.74 o benefício da Gratificação de Produtividade era extensiva aos inativos. Onde e como V. Exa. assim interpretou?

O SR. MAURICIO FRUET — Lendo o parágrafo 3.º do art. 9.º se chega a esta conclusão. "A gratificação de que trata este artigo fará parte integrante dos proventos de inatividade nos casos de aposentadoria por tempo de serviço". Não fala em futuras aposentadorias.

O Sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. não há de pretender que se institua uma Gratificação de Produtividade aos funcionários inativos se é específica para os Funcionários que, na atividade, produz e diante desta produção faz jus a uma gratificação.

O SR. MAURICIO FRUET — É problema de filosofia. Gostaria de divagar por apenas um minuto para afirmar o seguinte: Se o Estado do Paraná hoje esta pujança extraordinária, se hoje tem recursos, empréstimos internacionais e nacionais, se tem crédito no mundo inteiro, se o Estado do Paraná se desenvolveu na faixa da agricultura e industrial extraordinariamente, estupidamente, se o Estado do Paraná, segundo informações do próprio Secretário da Fazenda ao deixar o cargo, obteve um superavit em 1973 não se deve apenas ao Secretário da Fazenda de 1973, não se deve apenas ao Governador de 1973 ou de 1972, deve-se isto sim a uma soma de inteligências, de trabalho desde o mais humilde ao mais importante Funcionário público do Estado do Paraná que vem trabalhando diuturnamente para que nosso Estado tenha chegado ao que é. São válidos estes aspectos dentro de uma filosofia de administração pública e dentro de uma administração de empresa que se concedam esses benefícios aqueles que foram responsáveis direta ou indiretamente para o grande sucesso e felizmente está sofrendo o Estado. É a nossa opinião, é o nosso modo de ver.

O sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). V. Exa. colocou mal quando afirmou que o Governo, com a redação do Artigo 9.º da Mensagem primeira, pretendia estender estes benefícios aos inativos porque o Governo em instante nenhum pretendeu. Era só o que queria dizer a V. Exa. porque V. Exa. interpretou aquela expressão de maneira errônea comparada com o pensamento do Executivo quanto à Gratificação de Produtividade, porquanto o Executivo considera fator principal do Estado do Paraná, nos últimos exercícios, o determinante da gratificação através de quotas aos elementos, aos Funcionários da Secretaria da Fazenda, aqueles homens subordinados ao Departamento de Rendas Internas. Aliás, por certo já recebem este benefício a que fazem jus, trabalhando e em consequência sendo responsáveis maiores pela arrecadação.

O SR. MAURICIO FRUET — Faria uma pergunta por que então na nova Mensagem S. Exa. o Sr. Governador alterou o parágrafo e usa a palavra "nos casos de futuras aposentadorias por tempo de serviço"?

O Sr. Ivo Thomazoni — Justamente porque o Governador entende que esta expressão poderia dar interpretação dubia. Exatamente no caso que V. Exa. está argumentando de maneira que o Governador do Estado deixasse mais clara a sua intenção dentro da nova redação.

O SR. MAURICIO FRUET — V. Exa. me permita, respeito o pensamento de V. Exa. mas V. Exa. acaba de confessar que o próprio Governador entendeu que poderia dar margem a interpretações diferentes. No nosso entendimento como consta o parágrafo 3.º da Mensagem n.º 1, os inativos teriam direito a receber a taxa de produtividade. Em nosso entendimento, data vênha as melhores interpretações dadas, conforme V. Exa. entende, eu entendo como estava redigido que se estenderia o benefício aos inativos.

O sr. Ivo Thomazoni — V. Exa. não entendeu meus apertes que são na verdade o sendo de que o Governador não pretendeu, em instante algum, estender o benefício ao pessoal inativo. Se aquela redação poderia dar dúvida de interpretação, o novo parágrafo veio com uma redação mais objetiva quanto ao objetivo proposto pelo Sr. Governador do Estado.

O SR. MAURICIO FRUET — O que para nós é, infelizmente, uma grande injustiça.

O sr. Ivo Thomazoni — Concorro com V. Exa., mas o Governo do Estado sabe até onde pode ir. De nada valeria estender os benefícios a uma coletividade funcional se não pudesse depois suportar o encargo para cumprir este benefício. Eu quero crer que o Sr. Governador se pudesse pagar este benefício e talvez em maiores proporções, ele haveria de conceder.

O SR. MAURICIO FRUET — O que nos leva, infelizmente à triste conclusão, que o Paraná é um Estado forte com um funcionalismo pobre.

O sr. Ivo Thomazoni — Um Estado forte que já gasta 70% de sua arrecadação com seu funcionalismo, tecnicamente

O SR. MAURICIO FRUET — Tecnicamente muita coisa não é recomendável, como o não reajustamento do salário do funcionalismo em função do crescimento do custo de vida, o aumento do funcionalismo federal. Infelizmente, V. Exa. merece o nosso elogio e o nosso respeito, porque sabemos das inúmeras gestões de V. Exa. junto ao Chefe do Poder Executivo, visando minimizar certos aspectos desta Mensagem que traz inúmeras injustiças feitas, outras vezes nossos elogios patenteados na Ata destes nossos trabalhos, mas não se faz justiça. Concedo o aparte ao nobre Presidente do Diretório Regional do MDB, Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Obrigado. Nobre Deputado Maurício Fruet, estamos acompanhando na tarde de hoje o empenho de V. Exa. em estabelecer este paralelo entre Funcionalismo "estadual e Funcionalismo federal. E assim como também, temos constatado que nenhuma contestação procedente até hoje, se opôs a este pronunciamento de V. Exa., donde se discute a matéria, eu gostaria de retornar um pouco atrás a um ponto em que V. Exa. está discutindo para comunicar o mesmo pensamento de V. Exa. com relação ao Parágrafo único do Artigo 8.º — Com a redação pretendida por V. Exa. eu entendo que o Projeto de Lei realmente estabelece esta oportunidade, incorporar o abono aos vencimentos. Aliás, num paralelo não há na legislação trabalhista, pois os abonos concedidos à classe trabalhadora, geralmente, a maior parte dos casos, eles se absorvem no próprio salário. São observados pelos salários e não são descontados por ocasião do aumento. A Emenda pretendida por V. Exa. vem tirar deste parágrafo qualquer dúvida que possa haver em relação ao caso. Daí, eu concordar com V. Exa. também sobre os defeitos de técnica legislativa da Mensagem, da ilustrada Mensagem do Sr. Governador do Estado. E esta contestação que V. Exa. faz com relação ao Parágrafo 3.º do Art. 9.º de que a gratificação de que trata o Artigo 9.º nos proventos dos inativos, nos casos de aposentadoria por tempo de ser-

vigo, é uma interpretação consentânea com o projeto, tendo em vista o Art. 4.º que diz que os efeitos desta lei são extensivos ao pessoal inativo.

É uma matéria de técnica legislativa que já tem sido acentuada desta Tribuna por outros oradores. E o Projeto dá margens a muitas discussões que poderiam ser evitadas. Entendo ainda, nobre Deputado, que ao próprio Art. 8.º cabe estabelecer ou pretende estabelecer a autorização do Poder Executivo e este, criando uma matéria de delegação, e como esta matéria tem uma delegação especial prevista na Constituição Estadual é um assunto também que deve ser observado. E nada mais justo do que V. Exa. insistir nesta matéria e toda a Casa insistir, porque ela diz respeito principalmente ao Servidor público. E nós estamos, por força da nossa função, evidentemente, incorporados à vida dos Servidores públicos, à legislação que deve reger o Servidor Público, porque ela emana desta Casa. Nestas condições, desejo externar a V. Exa. toda a minha solidariedade as críticas, bem como às partes do Projeto que V. Exa. tem reconhecidamente abonado.

Muito obrigado.

O SR. MAURICIO FRUET — Agradeço o aparte de V. Exa. Deputado José Muggiati Filho, principalmente em se tratando de um aparte eminentemente jurídico em que V. Exa. analisa aspectos da Mensagem e mostra não só falhas técnicas como de certa forma, até eu diria, quase que um despreparo no envio de uma Mensagem a esta Casa de grande importância, que chega aqui eivada de erros. Antes de conceder novos apartes, queria apenas tratar de mais dois aspectos. O primeiro, na Mensagem número 2, se estende o benefício da "Taxa de Produtividade" ao atual membro da Magistratura, do Ministério Público, Conselheiros e Auditores do Tribunal de Contas do Estado e Procurador do Estado, junto ao mesmo Tribunal e também corrigindo uma injustiça se acresce na gratificação devida ao médico e dentista a possibilidade de pagar-se em dobro a gratificação inicial, desde que comprovadamente este profissional não ocupe cargo público.

Infelizmente continua se fazendo injustiça outra vez; tapa-se o sol com a peneira. Corrige-se um erro, para deixar outros existindo. Cria-se uma medida altamente discriminatória aos demais Funcionários, a começar pelo Tribunal de Contas: aqueles que exercem função no Poder Executivo que são idênticas mas não receberão esses benefícios, executando-se os cargos citados na Mensagem ou seja, aos atuais membros da Magistratura, do Ministério Público e no Tribunal de Contas, apenas aos Conselheiros e Auditores. Os demais profissionais liberais que exercem função idêntica àquela do Poder Executivo e que consequentemente deveriam fazer jus a esta "Taxa de Produtividade", não receberão.

E mais ainda, srs. Deputados, está-se fazendo uma injustiça brutal ao Poder Legislativo; o Poder que temos a responsabilidade de representar. Porque não se estende a "Taxa de Produtividade" àqueles que trabalham neste Poder? Seriam eles, por acaso, não merecedores desta "Taxa de Produtividade", porque o exercício das funções no Poder Legislativo não merece, por certo do Executivo a mesma observação em termos de trabalho, em termos de produtividade? Por acaso o Advogado da Assembleia Legislativa não trabalha da mesma forma que o Advogado do Poder Executivo, visando o bem comum do Estado do Paraná? Não podemos, sinceramente admitir que sejam retirados desta Mensagem os Funcionários deste Poder Legislativo. É uma ofensa que se faz, não a esses Funcionários, é uma ofensa que está se fazendo a este Poder que tem dado a mil Governadores que exercem as funções neste Estado, todas as condições para o desempenho de suas funções. Nunca esta Casa negou condições para o bom funcionamento do Poder Executivo. E agora vem este tapa rasteiro ao Poder Legislativo, que nem sequer consta desta Mensagem. Não podemos aceitar em instante algum; é uma grande injustiça e o máximo que podemos fazer talvez seja desabafar desta Tribuna, mas desabafar do fundo de nossos corações, fazendo com que todos sintam esta injustiça que se comete aos integrantes de um Poder que só tem dado motivos de alegria e júbilo ao Executivo do Estado, que não tem negado nada aos que exercem as funções de executivos no Paraná. — (Assume a Presidência o sr. Deputado Jorge Sato).

O sr. Sebastião Rodrigues Jr. — V. Exa. permite um aparte?

O SR. MAURICIO FRUET — Dentro de um minuto concederei o aparte a V. Exa., é que gostaria de concluir um aspecto importante da Mensagem. S. Exa. o Líder do Governo, quando tocamos no problema de contratados, destacou o aspecto de que o Funcionário contratado está sob o regime de CLT. Sabemos disto. Ocorre, eminente Deputado, que o Funcionário contratado empresta os mesmos reais e utilitários serviços ao Estado que o Funcionário público cuja atividade está regularizada pelo Estatuto dos Funcionários Públicos, Estatuto que, aliás, precisa ser modificado, como sãtendeu o Deputado Iris Caldart.

Um médico contratado do Estado, que presta os mesmos serviços que um médico Funcionário público do Estado, não irá receber a Taxa de Produtividade. Um contador contratado do Estado, que presta os mesmos serviços que um contador Funcionário público, não irá receber a Taxa de Produtividade e assim nas demais funções liberais. É uma injustiça, porque se o profissional liberal contratado pelo Estado presta os mesmos serviços que o profissional liberal Funcionário público, tem que receber a mesma atenção o mesmo atendimento. Ou então o Funcionário contratado não está prestando os mesmos serviços que o Funcionário público e neste caso e chefe do Executivo deve ser responsabilizado porque admite a contratação de pessoal que não presta o mesmo tipo de atendimento. É o que nos faz pensar esta Mensagem.

Temos também o caso das zeladoras, que é uma injustiça violenta demais. São cinco mil e poucas senhoras, donas de casa, obrigadas a trabalhar porque do contrário sua família passa fome. Essas zeladoras não recebem sequer o salário mínimo, e deduzindo as despesas de locomoção, vestuário, calçados, acabam não recebendo nada. Estão se escravizando e passando fome pelo Estado e o Governador do Estado, humano e sensível como e político tendo exercido inúmeros mandatos no Congresso Nacional, deveria ter olhado para estes miseráveis Funcionários públicos que recebem salário de miséria e são os responsáveis pelo engrandecimento e pelo progresso do Estado.

Na hora em que o Estado apresenta um "superavit" é engrandecida a figura do Chefe do Executivo, quando tudo se deve a estes que recebem salários de fome e não recebem por parte do Executivo a necessária compensação a que fazem justiça.

Concedo agora o aparte ao Deputado Sebastião Rodrigues.

O sr. Sebastião Rodrigues Jr. — Primeiramente gostaria de me solidarizar com V. Exa. nesta consideração que faz da aplicação do critério de produtividade também ao Funcionário do Legislativo. Acho que é uma obrigação nossa assim proceder porque temos sido rigorosos quando se trata de beneficiar o Funcionalismo da Assembleia. Ainda não decorreu muito tempo que a Mesa pretendeu, numa medida, a implantação do sistema de tempo integral nesta Casa.

E eu, para evitar comentários, neguei que se permitisse tempo integral aos Funcionários deste Poder, prejudicando aqueles que se dedicam integralmente a esta Casa. Agora, portanto, em termos de equidade com o Funcionalismo dos demais Poderes, acho que essa medida deva ser implantada.

Quero solidarizar-me com V. Exa. porque acho totalmente justa a sua reivindicação. Não se justifica essa discriminação do Executivo para com o Legislativo, de forma alguma.

Solidarizo-me com V. Exa. também no que se refere aos contratados, zeladores, funcionários da Assembleia Legislativa e pela maneira pela qual V. Exa. vem dissecando essa Mensagem e todas as imperfeições nela contidas. Esta Mensagem deve ter sido feita de afogadilho, não teve o estudo necessário, e não se justifica que se envie uma Mensagem assim para debater.

Discordo do nobre Deputado Ivo Thomazoni, quando se refere que este Poder está sendo mal visto, porque é o Poder Executivo que está sendo mal visto pelas imperfeições desta Mensagem. Nós apenas estamos cumprindo nossa obrigação quando debatemos as imperfeições desta Mensagem. É o máximo que podemos fazer, reivindicar e fazer críticas às suas imperfeições.

O SR. MAURICIO FRUET — Agradeço o aparte de V. Exa., nobre Deputado Sebastião Rodrigues Júnior.

O sr. Alvaro Dias — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento). Nobre Deputado, inicialmente, gostaria de cumprimentá-lo pela propriedade com que aborda o tema "aumento de vencimentos do Funcionalismo público estadual". E, dentro dessa clima, gostaria de dizer a V. Exa. que o Governo do Estado do Paraná tem sido incoerente em suas afirmativas. Primeiramente, vem a público para dizer que o Estado está bem financeiramente, que a sua receita cresceu de forma extraordinária, que seus compromissos estão praticamente todos saldados, enfim, que o Estado se encontra equilibrado financeiramente. Agora, quando se trata de aumento de vencimentos, patenteia sua incoerência dizendo que as finanças do Poder público não podem atender às reivindicações do Funcionalismo estadual. Patenteia-se, mais uma vez, a incoerência das afirmativas do Governo do Estado, e com isso, até seus Funcionários que nada tem a ver com isso, com essa tentativa de amesquinha-mento, são prejudicados. São prejudicados os Funcionários do Poder Legislativo e nós, integrantes deste Poder, somos desprestigiados mais uma vez. E isso é lamentável, porque entendemos que um Advogado do Poder Executivo tem as mesmas necessidades que um Advogado do Legislativo. E não podemos entender de outra forma. Embora a escassez do tempo, concedido a V. Exa., devo dizer que me solidarizo com V. Exa. em relação ao problema das contratadas de nosso Estado, zeladoras que recebem insuficientemente e recebem tardiamente. Isso nós sabemos, porque recebemos com constâncias reclamações. Há dias recebemos carta de uma professora de Maringá, narrando o drama de uma sua colega que veio a falecer por não possuir recursos para procurar tratamento, já que seu salário estava atrasado há 3 meses. Era professora contratada. É uma injustiça social praticada através de ato concreto, pelo próprio Governo do Estado, que deveria dar exemplo benéfico nesse sentido. Lamentavelmente, quando as esperanças da classe política em torno de um governante, que é político, que surgiu do Poder Legislativo, que é, em síntese, o respiradouro da classe política, quando esses homens assumem o Poder nos representando podemos assim afirmar: nossa decepção se torna ainda maior, quando seus atos não vêm atender as nossas aspirações e nossos desejos. Muito obrigado a V. Exa.

O SR. MAURICIO FRUET — Agradeço o aparte de V. Exa. e me permitiria conceder aparte ao Deputado Iris Caldart.

O sr. Iris Caldart — Nobre Deputado, gostaria muito de discutir o aspecto jurídico dessa Mensagem Governamental, eivada de erros, erros graves e crassos e uma série de incongruências a par de uma infinidade de injustiças. Esse é o retrato fiel e honesto dessa Mensagem. E para terminar meu aparte, quero fazer um lembrete, mostrando ao Sr. Líder do Governo que urge medidas acauteladoras e correccionais nessa Mensagem. Isso é urgente, porque essa Mensagem, aprovada como está, dará condições, dará margem inquestionavelmente, até a mandado de segurança.

O SR. MAURICIO FRUET — Acredito também, Excelência, que da forma que veio essa Mensagem, haverá, sem dúvida alguma, essa possibilidade. Infelizmente, esses aspectos já foram abordados mas não encontraram junto ao Poder Executivo o objetivo a que se propuseram os srs. Deputados.

Concedo o aparte ao Sr. Deputado Ivo Thomazoni.

O SR. IVO THOMAZONI — Assisti hoje, talvez, uma das sessões em que o MDB teve as maiores oportunidades de se fortalecer junto as bases eleitorais formadas por esse contingente enorme de eleitores, que é constituído pelo corpo de Funcionários públicos do Estado. Assisti, reconhecendo as extraordinárias virtudes de V. Exa. e a inteligência dos membros da valorosa Bancada do MDB, de se valermos dessa oportunidade para criticarem o Sr. Governador Emílio Gomes, que não tinha e não tem outro objetivo, ao encaminhar essa Mensagem, senão aquele de minorar um pouco a situação aflitiva dos seus Servidores.

Lamento que alguns dos srs. Deputados não tenha compreendido bem as intenções do Sr. Governador do Estado. Há pouco, ouvindo o Deputado Alvaro Dias, eu me perguntava se vale a pena, Sr. Deputado Maurício Fruet, esta Casa apelar ao Sr. Governador do Estado, no atendimento das reivindicações mais justas dos srs. Deputados. O Deputado Alvaro Dias, no início dessa Legislatura, e mesmo no ano passado desta Tribuna clamava por justiça quando afirmava que as milhares de zeladoras espalhadas pelo interior do Estado não contavam com os benefícios da Previdência Social, não recebiam férias, não tinham uma lei a ampará-las, a garantir-lhes a estabilidade funcional.

Talvez atendendo aos apelos desta Casa e pela sua figura humana o Dr. Emílio Gomes mandou para esta Casa, legislamos e estamos hoje com as zeladoras recebendo os benefícios da Previdência Social, recebendo férias e, o mais importante, impedimos que sejam substituídas de acordo com o compadresco político.

Hoje, o Deputado Alvaro Dias, joga tudo por terra, não reconhece coisa alguma e vem fazer um carnaval contra o Governo. Quem não o conhece, com toda a certeza, dirá que é desumano.

Irei mais além, Deputado Maurício Fruet, a disparidade dos aumentos do Funcionalismo público estadual em relação aos aumentos do Funcionalismo público federal, não é culpa do Dr. Emílio Gomes. V. Exa. pretende três aumentos num período de doze meses, quando os demais concedem um aumento por ano.

O SR. MAURICIO FRUET — Disse reajuste.

O Sr. Ivo Thomazoni — É somente mudar a expressão. V. Exa. pretende três reajustes num período inferior a doze meses. Não se acuse o Governo do Estado de má fé ao enviar a esta Casa uma Mensagem com a redação que está o parágrafo único do art. 8.º. Temos que ser honestos. O

Governo do Estado pretende um reajuste no próximo ano com base do que dispõe o art. 8.º, para os vencimentos do Funcionário público do Estado nos mesmos índices e época, incorporando o abono provisório com as deduções necessárias. Nunca houve por parte do Governo outro desejo senão este muito embora, entenda, esteja com V. Exa., o Sr. Presidente deste Poder está com V. Exa., todos os srs. Deputados da ARENA estão com V. Exa. na luta para que os aumentos sejam maiores que os propostos.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Gostaria de fazer uma indagação a V. Exa. sem alterar o seu brilhante aparte.

O Sr. Ivo Thomazoni — Não pretendo que meu aparte seja brilhante e sim objetivo.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Pergunto a V. Exa. Se o Governo Federal resolvesse, por qualquer razão, dar um aumento no dia 16 de março de 75, como é que poderá...

O SR. PRESIDENTE — Comunico ao Sr. Deputado que resta apenas um minuto para terminar o seu discurso.

O SR. MAURÍCIO FRUET — ... como é que poderá o Poder Executivo assumir um compromisso pelo qual não está capacitado a cumprir?

O Sr. Ivo Thomazoni — Jamais um Governo da Arena deixou de cumprir um compromisso assumido por outro Governador da Arena. O saudoso Sr. Governador Parigot de Souza assumiu um compromisso de cavalheiro com esta Casa e o Governador Emílio Gomes cumpriu esse compromisso. O futuro Governador do Paraná que, com toda a certeza, será da Arena haverá de cumprir os compromissos assumidos pelo Governador Emílio Gomes.

Na manhã de hoje levei ao Sr. Governador um levantamento procedido dos quadros desta Assembleia Legislativa, do Tribunal de Contas e do Tribunal de Justiça dando a S. Exa. os valores de despesa que, forçosamente, seriam assumidos pelo Governo se deferisse aos demais Poderes do Estado a Gratificação de Produtividade. Poderia dar a V. Exa. não somente o número de cargos, mais o aumento das despesas que considero, não sei, as maiores, por quanto estamos, além dos 200 milhões de cruzeiros que estamos concedendo como crédito suplementar ao Governo do Estado, teremos, no futuro, no corrente exercício, de concedermos maiores créditos suplementares, para que ele possa suportar este aumento.

O SR. MAURÍCIO FRUET — Encerrando, gostaríamos de afirmar o seguinte, além do primeiro aspecto, qual o futuro da Arena, não será questão de competência, não será questão de capacidade, é simplesmente questão de aritmética. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 38 Srs. Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 237-73, de autoria do Dep. Borsari Netto, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a Irmandade da Santa Casa de Uraí, com sede na cidade do mesmo nome. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., com EMENDA, EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado, com Emenda.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 242-73, de autoria do Dep. Antônio F. F. da Costa, que concede Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Médico Arnaldo Moura. Parecer favorável da C.C.J., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 256-73, de autoria do Dep. Antônio F. F. da Costa, que declara de Utilidade Pública o Clube de Exportadores do Paraná — CEXIMPAR, com sede nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 285-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 106-73, que concede à Companhia Paranaense de Energia Elétrica — COPEL poderes para oferecer quotas do Imposto Único, sobre Energia Elétrica que couberem ao Estado do Paraná, em garantia ou contra garantia de obrigações que aquela Empresa assumir até o limite cumulativo de Cr\$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões). Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

2.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 111-73, de autoria do Dep. João C. Fadel, que autoriza o Poder Executivo construir, através da Secretaria dos Transportes, uma estrada de rodagem ligando os Municípios de Jaguariaíva e Antonina. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., — Aprovado, artigo por artigo.

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 186-73, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 76-73, que objetiva considerar de Utilidade Pública, a Fundação Cultural de Curitiba, Entidade dotada de personalidade jurídica própria, com sede e foro nesta Capital. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F., — Aprovado.

MENSAGEM.

76-73

Curitiba, 22 de agosto de 1973.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, o incluso anteprojeto de lei que objetiva considerar como de utilidade pública a FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA, entidade dotada de personalidade jurídica própria, com sede e foro na Capital do Estado.

O Plano de Lei ora submetido a essa Augusta Casa de Leis é altamente significativo, eis que, atendendo solicitação formulada pelo Senhor Prefeito Municipal de Curitiba, virá considerar como de utilidade pública importante Entidade Cultural recentemente criada por Lei Municipal.

A inclusa cópia autêntica do ofício n.º 361-73, de 16-8-73, da Prefeitura de Curitiba e os textos da Lei e dos Estatutos nele contidos, atos instituidores da Fundação Cultural de Curitiba, dizem, com o devido acatamento, sobre a necessidade, oportunidade e interesse público na aprovação da medida legal consubstanciada no anteprojeto de lei em questão.

Certo de que o Plano de lei proposto merecerá dessa Colenda Casa o necessário apoio e consequente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) EMÍLIO GOMES
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1.º. Fica considerada como de utilidade pública a FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA, criada pela Lei Municipal n.º 4.545, de 5 de janeiro de 1973.

Art. 2.º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

OF. N.º 361-73 - EM

Curitiba, 16 de agosto de 1973.

Senhor Governador

Em inícios deste ano, o Município de Curitiba criou a "Fundação Cultural de Curitiba", a fim de que as atividades culturais do Município, que necessitam estímulo e recrudescimento de suas funções, sejam desenvolvidas em âmbito de entidade autônoma em condições de receber toda classe de colaboração proveniente de entidades públicas e particulares. Em anexo estão a Lei que criou a Fundação e o Estatuto que a implantou juridicamente, de onde se vê as suas finalidades e objetivos.

Para melhor satisfação de tais pressupostos, inseridos no referido diploma legal, consideráramos da maior importância que o Estado do Paraná viesse declarar tal entidade como de utilidade pública.

Neste sentido, tomamos a liberdade de pedir a colaboração inestimável de Vossa Excelência enviando ao Legislativo, Mensagem para que se declare a Fundação Cultural de Curitiba — entidade de utilidade pública.

Atenciosas Saudações

JAIME LERNER
Prefeito Municipal

Ecelentíssimo Senhor

Doutor EMÍLIO HOFMANN GOMES

Digníssimo Governador do Estado do Paraná

Nesta Capital

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA

LEI N.º 4545

Data: 5 de janeiro de 1973.

"Cria a Fundação Cultural, conforme específica".

A Câmara Municipal de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, decretou e eu, Prefeito Municipal sanciono a seguinte lei:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado a criar uma Fundação Cultural, com personalidade jurídica própria, sede e foro nesta cidade de Curitiba, destinada a estimular, desenvolver, tomar iniciativas de qualquer natureza, fazendo acordos, contratos, convênios com terceiros, para os objetivos exemplificados no art. 2.º.

Art. 2.º. Compete à Fundação Cultural:

- a — formular a política cultural do Município
- b — articular-se com órgãos federais, estaduais e municipais, bem como Universidades e instituições culturais, de modo a assegurar a coordenação e a execução de programas culturais de qualquer iniciativa;
- c — promover a defesa do patrimônio histórico e artístico do Município de Curitiba e do Estado do Paraná;
- d — conceder auxílio a instituições culturais existentes no Município, para assegurar o desenvolvimento de um programa cultural efetivo;
- e — elaborar o seu regimento, a ser aprovado pelo Prefeito Municipal;
- f — emitir pareceres sobre assuntos e questões de sua alçada que lhe sejam submetidos pelo Prefeito Municipal;
- g — promover intercâmbio com entidades públicas e particulares, do Estado do Paraná, de outros Estados da União, mediante convênios que possibilitem exposições, reuniões e realizações de caráter artístico e literário;
- h — promover exposições, espetáculos, conferências, debates, feiras, projeções cinematográficas, festividades populares, inclusive as que tenham relação com a incrementação do turismo;
- i — realizar promoções destinadas a integração social da população, com vistas a elevação do seu nível cultural e artístico.

Art. 3.º. A Fundação será administrada por dois órgãos: a sua Diretoria Executiva composta de três membros de livre escolha do Chefe do Poder Executivo; e o Conselho Deliberativo, presidido pelo Prefeito Municipal, tendo como vice-presidente o Diretor Executivo da Fundação, e composto de mais cinco membros, além dos membros da Diretoria Executiva, nomeados pelo Chefe do Poder Executivo, entre pessoas que tenham nível cultural e artístico elevado, todos com mandato de três anos.

Art. 4.º. Fica adotado para o pessoal da Fundação o regime das Leis Trabalhistas, podendo ser aproveitados funcionários da Municipalidade, sem prejuízo dos seus vencimentos e vantagens.

Art. 5.º. Quando for extinta a Fundação, que se institui por prazo indeterminado, o seu patrimônio reverterá ao Município de Curitiba.

Art. 6.º. Constituem recursos da Fundação:

- a — dotações do Município, a serem consignadas anualmente no orçamento, em nível suficiente para as operações, iniciativas e manutenção da Fundação;
- b — contribuições, auxílios e subvenções da União, dos Estados ou de terceiros;
- c — contribuições de autarquias, empresas e pessoas físicas, por doações ou transferências de bens;
- d — doações e legados;
- e — os provenientes de suas próprias atividades.

Art. 7.º. A Fundação poderá realizar operações de crédito, oferecendo bens de seu patrimônio em garantia, pelas formas de direito, contratando segundo as diretrizes autorizadas pelo seu Conselho Deliberativo, ... VETADO...

Art. 8.º. No Estatuto da Fundação será prevista a colaboração e a participação de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, para complementação do seu patrimônio, bem como para integração do espírito de iniciativa da comunidade na Fundação.

Art. 9.º. Para constituição do patrimônio da Fundação, fica autorizado o Executivo a transferir-lhe o imóvel de patrimônio Municipal, constante de prédio e terreno onde está instalado o edifício do Teatro do Paiol de Pólvora, situado na confluência das ruas Guabirota, Cel. Zacarias e Reinaldo Machado, bem como material permanente do Departamento de Relações Públicas e Promoções, que se fizer necessário.

Parágrafo Único. Os bens a que se refere o artigo serão avaliados pelos Departamentos do Patrimônio e Material.

Art. 10. A Fundação prestará contas ao Executivo Municipal, na forma do seu regimento e do seu Estatuto, até 15 de fevereiro do ano seguinte.

Art. 11. As despesas com a aplicação desta Lei, correrão à conta das dotações próprias do orçamento em vigor.

Art. 12. O Estatuto da Fundação será aprovado por decreto municipal fazendo-se em seguida o seu registro público.

Art. 13. Fica o Executivo autorizado a extinguir o Departamento de Relações Públicas e Promoções.

Art. 14. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO 29 DE MARÇO, em 5 de janeiro de 1973.

JAIIME LERNER
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 103

O Prefeito Municipal de Curitiba, Capital do Estado do Paraná, usando de suas atribuições legais e de conformidade com o disposto na Lei Municipal 4.545-73, DECRETA:

Art. 1.º — Fica aprovado o Estatuto da Fundação Cultural de Curitiba, parte integrante deste Decreto.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio 29 de Março, em 2 de fevereiro de 1973.

JAIIME LERNER — Prefeito Municipal.

Edson Fischer da Silva — Diretor Geral do Departamento de Administração

PARTE INTEGRANTE DO DECRETO N.º 103

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA

CAPÍTULO I

Denominação, Sede, Fins

Art. 1.º — A Fundação Cultural de Curitiba, criada pela Lei Municipal n.º 4.545, de 5 de janeiro de 1973, com personalidade jurídica de direito privado, terá sua sede e foro na cidade de Curitiba, e se regerá pelo presente estatuto.

Art. 2.º — A Fundação tem por objetivo:

- formular a política cultural do Município;
 - articular-se com órgãos federais, estaduais e municipais bem como Universidades e instituições culturais, de modo a assegurar a coordenação e a execução de programas culturais de qualquer iniciativa;
 - promover a defesa do patrimônio histórico e artístico do Município de Curitiba e do Estado do Paraná;
 - conceder auxílio a instituições culturais existentes no Município, para assegurar o desenvolvimento de um programa cultural efetivo;
 - elaborar o seu regimento, a ser aprovado pelo Prefeito Municipal;
 - emitir pareceres sobre assuntos e questões de sua alçada que lhe sejam submetidos pelo Prefeito Municipal;
 - promover intercâmbio com entidades públicas e particulares do Estado do Paraná, de outros Estados da União, mediante convênios que possibilitem exposições, reuniões e realizações de caráter artístico e literário;
 - promover exposições, espetáculos, conferências, debates, feiras, projeções cinematográficas, atividades populares, inclusive as que tenham relação com a incrementação do turismo;
 - realizar promoções destinadas a integração social da população, com vistas a elevação do seu nível cultural e artístico.
- Art. 3.º — A Fundação gozará de autonomia administrativa e financeira.
- Art. 4.º — O prazo de duração da Fundação será indeterminado.

CAPÍTULO II

Patrimônio, Rendas e Dotações

- Art. 5.º — Constituem patrimônio da Fundação:
- o prédio e terreno onde está instalado o Teatro do Paioi;
 - o material permanente do Departamento de Relações Públicas e Promoções;
 - os bens e direitos que a ela venham a ser incorporados pelos poderes públicos;
 - os bens e direitos com que foi instituída, os já adquiridos e os que venha adquirir;
 - as doações, legados e heranças que lhe forem destinados.
- Art. 6.º — Constituem recursos da Fundação:
- dotações do Município, a serem consignadas anualmente no orçamento, em nível suficiente para as operações, iniciativas e manutenção da Fundação;
 - contribuições, auxílios e subvenções da União, dos Estados ou de terceiros;
 - contribuições de autarquias, empresas e pessoas físicas, por donativos ou transferências de bens;
 - doações e legados;
 - os provenientes de suas próprias atividades;
 - produto de operações de crédito.

CAPÍTULO III

Dos Órgãos e Suas Finalidades

Art. 7.º — São órgãos da Fundação:

- CONSELHO DELIBERATIVO;
- DIRETORIA EXECUTIVA.

SEÇÃO I

Do Conselho Deliberativo

Art. 8.º — O Conselho Deliberativo será constituído pelo Prefeito Municipal, como Presidente nato, do Diretor Executivo como Vice-Presidente, do Presidente da Fundação e Diretor Administrativo e Financeiro e de mais 5 (cinco) membros designados pelo Executivo escolhidos dentre pessoas que tenham elevado nível cultural e artístico, sendo de 2 anos o mandato desses últimos.

Art. 9.º — Compete ao Conselho Deliberativo:

- aprovar o regimento interno que deverá ser referendado pelo Prefeito Municipal de Curitiba;
- aprovar o plano de ação da Fundação e a proposta orçamentária;
- aprovar a programação da Fundação dentro do orçamento previsto;
- deliberar sobre as alienações de bens imóveis;
- aprovar quadro de pessoal e respectivas despesas;
- aprovar assinatura de contratos e convênios;
- deliberar sobre a guarda e aplicação dos bens e fundos da entidade;

h — propor a alteração do presente estatuto.

Art. 10 — O Conselho Deliberativo reunir-se-á ordinariamente:

a — uma vez por mês para apreciar os assuntos de rotina;

b — extraordinariamente, desde que, solicitado pela Diretoria Executiva, sejam convocados seus membros pelo Presidente do Conselho Deliberativo.

SEÇÃO II

Da Diretoria Executiva

Art. 11 — A execução das atividades da Fundação, será dirigida por uma Diretoria designada pelo Executivo composta de um Diretor Presidente, um Diretor Executivo e um Diretor Administrativo e Financeiro.

Parágrafo Único — As atribuições e competência de cada um dos Diretores, serão regulamentadas no regimento interno, aprovado pelo Conselho Deliberativo e baixado por Decreto do Executivo Municipal.

Art. 12 — É de competência da Diretoria:

- executar o plano de ação aprovado pelo Conselho Deliberativo;
- cumprir e fazer cumprir o presente estatuto;
- prestar contas mensalmente ao Conselho Deliberativo;
- elaborar o plano financeiro;
- publicar, após a proposição do Conselho Deliberativo, em jornal da Capital, a demonstração da receita e despesa da Fundação.

CAPÍTULO IV

Finanças e Pessoal

Art. 13 — O ano financeiro da Fundação coincidirá com o ano civil.

Art. 14 — A escrituração contábil da Fundação deverá estar obrigatoriamente em dia.

Art. 15 — O quadro de funcionários da Fundação obedecerá as normas fixadas pelo Conselho Deliberativo, devendo ser preenchido sempre que possível, por servidores municipais, sem onus para a Fundação.

Parágrafo Único — Na impossibilidade do acima estabelecido poderão ser contratados servidores pelo regime da Consolidação das Leis do Trabalho, pela própria entidade.

Art. 16 — Os servidores públicos colocados à disposição da Fundação, poderão receber gratificação a critério do Conselho Deliberativo.

Art. 17 — Excluem-se a qualquer remuneração os membros do Conselho Deliberativo, por considerar-se serviço relevante à Municipalidade.

Art. 18 — Para atingir as finalidades para a qual foi constituída, a Fundação poderá contar com a colaboração e participação de pessoas físicas e jurídicas de direito privado, visando a integração do espírito comunitário.

Art. 19 — A Fundação obedecerá, na aplicação dos recursos financeiros que lhe forem consignados no orçamento municipal, as seguintes normas:

- organização do orçamento e o respectivo plano geral de trabalho;
- adoção para compras e demais contratos do sistema de tomada de preços.

CAPÍTULO V

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 20 — Em caso de extinção, o patrimônio da Fundação reverterá ao Município de Curitiba.

Art. 21 — Compete aos senhores Conselheiros, Diretores e Funcionários abster-se e impedirem, na sede da Fundação, locais de reunião e na área de ação da mesma, de pronunciamento de cunho político, racista ou religioso.

Art. 22 — Compete à Diretoria Executiva receber a competente escritura de doação do imóvel constituído pelo Teatro do Paioi, bem como o material permanente do Departamento de Relações Públicas e Promoções, depois de avaliados pelos Departamentos do Patrimônio e Material.

Art. 23 — A Fundação fará sua prestação de contas anual, até 15 de fevereiro do ano seguinte, mediante o balanço contábil, com demonstrativo da receita e despesa.

Art. 24 — Este Estatuto, aprovado por decreto do Chefe do Executivo Municipal e pelo órgão do Ministério Público, vigorará a partir de sua publicação.

Senhor Governador:

Tenho a honra de acusar o recebimento da Mensagem de Vossa Excelência sob o n.º 76-73, acompanhada de anteprojeto de lei que objetiva considerar como de utilidade pública a FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA, entidade dotada de personalidade jurídica própria, com sede e foro na Capital do Estado, cujo plano de lei foi devidamente encaminhado nesta Casa.

Reitero a Vossa Excelência na oportunidade, os meus protestos de alta estima e distinta consideração.

JOÃO MANSUR — Presidente.

A Sua Excelência o Senhor Emílio Hoffmann Gomes
Digníssimo Governador do Estado
Nesta Capital

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 186-73

1 — O projeto ora em exame, constitui-se da Mensagem Governamental n.º 76-73, encaminhada a esta Casa, para os fins constitucionais e visa declarar de utilidade pública a Fundação Cultural de Curitiba, com sede e foro nesta Capital, criada pela Lei Municipal n.º 5.545, de 05 de janeiro de 1973.

2 — Tem por finalidade a Fundação Cultural de Curitiba, os seguintes objetivos: formular a política cultural do Município; articular-se com órgãos federais, estaduais e municipais, bem como Universidades e instituições culturais, de modo a assegurar a coordenação e a execução de programas de qualquer iniciativa; promover a defesa do patrimônio histórico e artístico do Município de Curitiba e do Estado do Paraná, na promoção de exposições, espetáculos, conferências, debates, feiras, projeções cinematográficas, festividades populares, inclusive as que tenham relação com a incrementação do turismo.

3 — Dadas as considerações, não vemos qualquer óbice, tanto de ordem legal ou constitucional que se lhe possa antepor, razão pela qual nosso parecer é favorável à sua APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 1973.

(Assinatura ilegível) — Presidente.

Ivo Thomazoni — Relator.

(Assinaturas ilegíveis)

**PARECER
COMISSÃO DE FINANÇAS**

1. Tratam os Autos de Projeto de Lei n.º 186-73, de autoria do Poder Executivo, através de Mensagem Governamental n.º 76-73, encaminhando anteprojeto de lei que objetiva considerar como de utilidade pública a FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA, entidade dotada de personalidade jurídica própria, com sede e foro na Capital do Estado do Paraná.

2. Havendo já a douda Comissão de Constituição e Justiça se pronunciado pela legalidade e constitucionalidade da matéria e, na eventualidade de sua aprovação, não ocorrendo nenhuma implicação de ordem financeira, não vê, esta Comissão de Finanças, no âmbito que lhe é próprio, como deixar de manifestar-se favoravelmente ao Projeto de Lei testilhado.

Pela APROVAÇÃO, é o Parecer, s.m.j.
Sala das Comissões, 09 de outubro de 1973.
(Assinatura ilegível) — Presidente.
Deputado João C. Fadel — Relator.
(Assinaturas ilegíveis)

1.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 187-73, de autoria do Deputado Leopoldo Jacomel, que autoriza o Poder Executivo declarar de Utilidade Pública, a "Instituição Fraternitas", com sede no Jardim Primavera das Laranjeiras, Município de Piraquara. — Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 187-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a declarar de utilidade pública, a Instituição FRATERNITAS, com sede no Jardim Primavera das Laranjeiras, Piraquara.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 27 de agosto de 1973.
(a) Leopoldo Jacomel

JUSTIFICATIVA:

FRATERNITAS, fundada a 26 de outubro de 1969, com sede no Jardim Primavera das Laranjeiras, Município de Piraquara, Paraná, é uma Instituição de personalidade jurídica, devidamente registrada, que tem por fim a promoção humana dos seus sócios através da Educação, da Recreação, da Promoção Econômica e Assistência Sanitária.

Congrega e representa os doentes-hansenianos egressos do Hospital Colônia São Roque, amparando-os como pessoas humanas, bem como a seus familiares. A finalidade maior é a reabilitação física, psicológica e sócio-econômica do hanseniano, até o momento estigmatizado e segregado da comunidade em virtude de falsos tabus, crendices e preconceitos.

Já em pleno funcionamento mantém sem auxílio algum:

Ambulatório, devidamente equipado e com médico.

Jardim de Infância, com mais de 50 crianças frequentando-o, com professora especializada.

Pavilhão de oficinas e artesanatos, onde proporciona mão de obra, de acordo com a capacidade, aos hansenianos.

Recanto infantil para diversão supervisionada especializada às crianças.

Da Sede e das Finalidades

Art. 1.º — FRATERNITAS, fundada a 26 de outubro de 1969, com sede no Jardim Primavera das Laranjeiras, Piraquara, Paraná, é uma Instituição que tem por fim a promoção humana dos seus sócios e moradores locais, através da Educação, da Recreação, da Promoção Econômica, e da Educação e Assistência Sanitária.

Da Diretoria

Art. 2.º — FRATERNITAS será dirigida por uma Diretoria composta de 7 (sete) membros, eleita, e com mandato de 2 (dois) anos. A Diretoria será constituída de 1 (um) Presidente, 1 (um) Secretário, 1 (um) Tesoureiro e 4 (quatro) Conselheiros.

§ Único — Os candidatos a membros da Diretoria deverão ser moradores a mais de 1 (um) ano no Jardim Primavera das Laranjeiras e apresentarem folha corrida fornecida pelo Instituto de Identificação.

Art. 3.º — As eleições serão realizadas cada 2 (dois) anos no dia 28 de dezembro.

§ I — Votarão exclusivamente os sócios residentes no Jardim Primavera das Laranjeiras a mais de 1 (um) ano, que sejam alfabetizados e que tenham mais de 18 (dezoito) anos.

§ II — Será considerada eleita a chapa que obtiver maioria simples dos votos.

§ III — Admite-se a reeleição, desde que a Diretoria se desincompatibilize pelo prazo de 15 (quinze) dias.

Do Representante

Art. 4.º — O Presidente será o representante legal da Instituição.

Art. 5.º — Os membros da Diretoria, bem como os sócios e moradores no Jardim Primavera das Laranjeiras, não respondem subsidiariamente pelas obrigações de FRATERNITAS.

Do Funcionamento

Art. 6.º — FRATERNITAS funcionará com 3 (três) Setores: Setor Econômico, Setor Sanitário-Educativo e Setor Recreativo. Cada Setor será administrado por 1 (um) Diretor nomeado pela Diretoria.

§ Único — Ao Diretor, juntamente com a Diretoria, competirá baixar regulamentos para seus respectivos serviços.

Art. 7.º — As importâncias referentes a vendas serão entregues pelo Diretor Econômico ao Tesoureiro, ao qual caberá fazer as Escriturações nos livros contábeis de FRATERNITAS.

Art. 8.º — FRATERNITAS poderá manter convênios com organismos governamentais ou extra-governamentais desde que isto venha cooperar para alcançar suas finalidades sociais. Tais convênios serão firmados pelo representante legal da Instituição, devidamente autorizado pelos demais membros da Diretoria.

Dos Sócios

Art. 9.º — Serão considerados sócios de FRATERNITAS, independente-

mente de crença religiosa, opinião política, de cor, crença ou sexo, todos os moradores no Jardim Primavera das Laranjeiras, desde que preencham o Cartão de Inscrição, e que cooperem efetivamente para a expansão e funcionamento da Instituição.

§ I — Qualquer sócio, mesmo que seja da Diretoria, será desligado da Instituição, com perda automática do cargo e dos direitos que porventura tenha, desde que seja comprovado estar ele agindo contrariamente aos objetivos de expansão e funcionamento de FRATERNITAS.

§ I — Sócios não residentes no Jardim Primavera das Laranjeiras, serão aceitos desde que a Diretoria assim o determine. Contudo, ser-lhes-á vedado o direito de fazerem parte da Diretoria e de votarem.

Das Compensações

Art. 10.º — A Diretoria e mantenedores de FRATERNITAS não serão distribuídos lucros, bonificações ou outras quaisquer vantagens, sob qualquer forma ou pretexto.

§ I — É vedada a remuneração dos cargos da Diretoria.

§ II — A Diretoria de FRATERNITAS enviará, anualmente, uma demonstração das despesas, receita e das contribuições recebidas durante o ano ao Departamento do Imposto de Renda.

Da Duração

Art. 11.º — FRATERNITAS terá duração indeterminada. Se, porém, um dia ela se extinguir, seu patrimônio será destinado a outra Instituição do mesmo gênero.

Das Reformas Estatutárias

Art. 12.º — Os presentes Estatutos poderão ser reformados com aprovação da maioria dos sócios, consultados através de Assembléia Geral convocada 8 (oito) dias antes pela Diretoria com o fim específico da reforma.

Da Vigência

Art. 13.º — Os presentes Estatutos entrarão em vigor a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná.

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 187-73

1 — O presente Projeto de Lei visa autorizar o Poder Executivo a declarar de utilidade pública a Instituição FRATERNITAS, com sede no Jardim Primavera das Laranjeiras, em Piraquara.

2 — O Projeto de Lei é perfeitamente justo e oportuno sem qualquer impedimento de ordem constitucional e legal estando em condições de ser aprovado pela Casa. O nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, 19 de setembro de 1973.

as. ilegível — Presidente

as. ilegível — Relator

cinco as. ilegíveis

Comissão de Finanças

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 187-73

1 — Com o presente plano de lei, visa o ilustre Deputado Leopoldo Jacomel, declarar de utilidade pública a Instituição Fraternitas, com sede no Jardim Primavera, Município de Piraquara.

2 — Quanto aos aspectos legal e constitucional, esta matéria devidamente estudada, já mereceu parecer favorável da douda Comissão de Constituição e Justiça.

3 — A proposição se nos afigura oportuna e quanto ao aspecto financeiro, objeto de exame nesta Comissão, não há qualquer impedimento que se lhe possa antepor, daí nos manifestarmos pela sua Aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 09 de outubro de 1973.

as. ilegível — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

três as. ilegíveis

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 195-73, de autoria do Dep. Domicílio Scaramella, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente São José Operário, com sede e foro na Cidade de União da Vitória. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. — Aprovado.

Projeto de Lei n.º 195-73

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a Sociedade Beneficente São José Operário, com sede e foro na cidade de União da Vitória.

Art. 2.º — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de setembro de 1973.

(a) DOMICILIO SCARAMELLA

JUSTIFICAÇÃO:

Os inestimáveis serviços que presta à comunidade operária local e os nobres objetivos a que se propõe a referida entidade, são razões mais que suficientes para considerá-la de utilidade pública, que é o que propomos com este plano de lei.

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER AO PROJETO DE LEI N.º 195-73

Autor: — Dep. Domicílio Scaramella

Versa o presente plano de lei, subscrito pelo ilustre deputado Domicílio Scaramella, sobre declaração de utilidade pública para a Sociedade Beneficente São José Operário, de União da Vitória.

A Proposição atende os requisitos exigidos pela lei pertinente, estando, portanto, em condições de ser aprovada.

É o parecer.

S.M.J.

Sala das Comissões, em 3 de outubro de 1973.

as. ilegível — Presidente

NELSON BUFARA — Relator

cinco as. ilegíveis

Comissão de Finanças e Orçamento

PARECER

AO PROJETO DE LEI N.º 195-73

1 — Visa a presente proposição, de autoria do ilustre Deputado Domicílio

Scaramella, declarar de utilidade pública a Sociedade Beneficente São José Operário, com sede e foro na cidade de União da Vitória.

2 — Esta matéria devidamente estudada pela douda Comissão de Constituição e Justiça, mereceu parecer favorável.

3 — O projeto se não nos afigura oportuno e quanto ao aspecto financeiro que cabe a esta Comissão examinar, não vemos qualquer impedimento na sua aprovação, razão pela qual nosso parecer é favorável.

É o parecer.)

Sala das Comissões, em 23 de outubro de 1973.

as. ilegível — Presidente
ALVARO DIAS — Relator
duas as. ilegíveis

1.a Discussão — do Projeto de Lei n.º 289-73, de autoria da Comissão Especial Criação do (FEPPA), que cria o Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar (FEPPA), com personalidade jurídica própria e dá outra providências. Pareceres favoráveis da C.C.J. e C.F. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Em votação.

Projeto de Lei n.º 289-73

A Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — É criado o Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar (FEPPA), com personalidade jurídica própria.

Art. 2.º — O Fundo de que trata o artigo anterior tem por finalidade a concessão dos benefícios de aposentadoria, e pensão por invalidez, aos Deputados da Assembleia Legislativa do Estado.

Art. 3.º — São associados obrigatórios do Fundo, independentemente de idade e condições de saúde, todos os atuais parlamentares e os que de futuro vierem a ser eleitos.

Art. 4.º — Somente terá direito a aposentadoria o associado que houver feito 96 contribuições mensais sucessivas para o Fundo, nos oito anos imediatamente anteriores à concessão do benefício.

Parágrafo único — O Associação que, ao perder a condição de deputado, tiver contribuído para o Fundo pelo prazo mínimo de dois anos, mais não houver completado o tempo previsto no caput, terá direito à percepção, durante seis meses, de um auxílio de valor correspondente ao da aposentadoria a que teria direito se completada a carência de oito anos.

Art. 5.º — Ao associação que deixar de ser Deputado Estadual, é facultado continuar contribuindo até completar 96 ou mais contribuições mensais, uma vez que recolhe as contribuições fixadas nas letras a e b do art. 6.º na base dos subsídios vigentes no momento do recolhimento e desde que tenha exercido, pelo menos quatro anos mandato legislativo estadual.

Art. 6.º — O Fundo constituir-se-á das contribuições e rendas seguintes:

- a) contribuição compulsória dos Deputados no valor de 7% (sete por cento) do total dos subsídios, descontada em folha de pagamento;
- b) contribuição da Assembleia Legislativa, correspondente a 7% (sete por cento) do total previsto na alínea anterior;
- c) contribuição do aposentado, na razão de 7% (sete por cento) do valor do benefício;
- d) saldo das dotações para pagamento dos subsídios e ajuda de custo e diárias a Deputados, verificado em 20 de dezembro de cada exercício;
- e) rendas, juros e lucros usufruídos pelo Fundo;
- f) doações, legados, auxílios e subvenções.

Parágrafo único — Em caso de suspensão das atividades normais do Poder Legislativo, as contribuições de que tratam as letras a e b serão recolhidas ao Fundo pelo Poder Executivo.

Art. 7.º. Todas as contribuições serão recolhidas mensalmente a Caixa Econômica Federal ou ao Banco do Estado do Paraná S.A., em conta especial, que só poderá ser movimentada em termos desta Lei.

Art. 8.º — A aposentadoria por tempo de contribuição consistir em uma renda mensal vitalícia de valor proporcional ao tempo de mandato exercido pelo associado, fixada de acordo com os cálculos atuais aprovados pelo Conselho em que será levada em consideração a média dos subsídios percebidos pelo Deputado nos últimos doze meses.

§ 1.º. A aposentadoria definida no presente artigo somente será concedida a partir da data em que o associado tenha perdido sua condição de parlamentar em razão do término do seu mandato, não reeleição, porque não haja corrido ou em virtude de qualquer outra causa independente de sua vontade.

§ 2.º. A renúncia ao mandato implica na perda da condição do associado e, consequentemente, de todos os benefícios e vantagens decorrentes da contribuição para o Fundo, sem direito a qualquer restituição.

§ 3.º. Não se aplica a medida de que trata o parágrafo anterior se o Deputado renunciar ao mandato como condição para exercer cargo, emprego ou função, estadual ou federal, tanto na administração direta como em ordem da administração indireta, ou ainda para candidatar-se ou exercer cargo de Prefeito Municipal.

§ 4.º. Ocorrendo a renúncia para efeito de uma das hipóteses do parágrafo 3.º, deste artigo, o associado ficará responsável pelo recolhimento das contribuições estabelecidas nas letras "a" e "b" do artigo 6.º embora não tenha direito a aposentadoria enquanto se encontrar no exercício do cargo, emprego ou função, previstos no mencionado parágrafo.

Art. 9.º. A pensão por invalidez será devida a associado que se tornar inválido total e permanentemente para o trabalho, consistindo no pagamento mensal e vitalício de uma renda de valor igual a média dos subsídios percebidos nos doze últimos meses.

Parágrafo primeiro — não terá direito a percepção do benefício referido no artigo o associação que estiver no gozo de aposentadoria por tempo de contribuições.

§ 2.º. A idade máxima para o associado entrar no gozo de pensão de invalidez será de 54 anos. Quando ocorrer a invalidez de associado com idade superior, deverá o mesmo ser aposentado na forma do artigo 8.º.

Art. 10. Os benefícios de que trata esta lei, serão reajustados sempre que ocorrer alteração para mais nos subsídios dos Deputados.

Art. 11. O sócio aposentado que vier a ser investido em mandato eletivo remunerado ou em cargo de Secretário de Estado, Diretor de Autarquia ou Diretor de Sociedade de Economia Mista, não perceberá, durante o exercício do mandato, ou cargo, o benefício do Fundo, mas continuará contribuindo para o mesmo.

Parágrafo único. Se o mandato for de Deputado Estadual, aplicar-se-lhe-á a norma do artigo 6.º, letras "a" e "b", assegurado, ao término do mandato, direito a recálculo do valor de sua aposentadoria.

Art. 12. O Deputado afastado que exercer função constitucionalmente compatível com o mandato parlamentar continuará recolhendo a sua contri-

buição de acordo com o artigo 6.º, letra "a", cabendo ao Estado, o recolhimento de que trata a letra "b" do mesmo artigo.

Parágrafo único — O Deputado que for licenciado do exercício do mandato sem direito às vantagens pecuniárias correspondentes, se quiser continuar associado do fundo, deverá recolher as parcelas de que trata o artigo 6.º, letras "a" e "b", enquanto perdurar o afastamento não remunerado.

Art. 13. O Fundo será administrado por um Presidente, eleito dentre os Deputados, em Assembleia Geral dos associados, para um mandato de dois anos, cabendo-lhe escolher um Tesoureiro, também dentre os Deputados.

Art. 14. A política Administrativa do Fundo será orientada por um Conselho Deliberativo composto de três (3) membros, eleitos em Assembleia Geral dos associados, juntamente com um suplente para cada um. Dois membros efetivos do Conselho e respectivos suplentes deverão ser Deputados no exercício de mandato parlamentar.

Parágrafo único. Os membros efetivos e os suplentes do Conselho Deliberativo terão mandatos coincidentes com o do Presidente.

Art. 15. A Assembleia Geral dos associados do Fundo reunir-se-á, independentemente de convocação, no dia 15 de abril de cada ano, ou no primeiro dia útil seguinte, se esse for feriado:

- a) tomar conhecimento do relatório do Presidente sobre o movimento do Fundo no ano anterior;
- b) deliberar sobre assuntos de interesse do Fundo não compreendidos na competência do Presidente ou do Conselho Deliberativo;
- c) eleger e empossar na forma dos artigos 13 e 14, o Presidente e os membros do Conselho Deliberativo, quando for o caso.

Art. 16. Havendo motivo importante e urgente, a Assembleia Geral poderá reunir-se extraordinariamente, por convocação do Conselho ou um terço (1/3) dos associados.

Art. 17. As Assembleias Gerais e as reuniões do Conselho Deliberativo realizar-se-ão no Edifício do Palácio "Dezenove de Dezembro".

Art. 18. O Presidente será substituído, nos casos de licença e de vaga, pelo membro mais idoso do conselho. Nesta segunda hipótese a substituição perdurará até a eleição pelo Conselho, de novo Presidente para completar o período.

Art. 19. É permitida a reeleição do Presidente e dos membros do conselho Deliberativo.

Art. 20. Os cargos de Presidente, Tesoureiro, Conselheiro e Suplente, serão exercidos gratuitamente.

Art. 21. O Fundo não poderá admitir empregados ou funcionários a qualquer título, atribuindo-se as tarefas burocráticas a funcionários postos a sua disposição pela autoridade competente.

Art. 22. Anualmente se procederá o levantamento da situação econômico-financeira do Fundo, mediante cálculos atuais, a serem realizados por técnicos do Instituto de Previdência do Estado, cujas conclusões serão levadas ao conhecimento da Assembleia Geral Ordinária dos associados.

Art. 23. A fim de garantir o cumprimento dos compromissos do Fundo decorrentes do disposto nesta Lei, é criada a reserva para aposentadoria a conceder.

Parágrafo único. O Poder Executivo, em época oportuna, alcançará ao Fundo, através de crédito especial, os recursos fixados em nota técnica para os fins estabelecidos no artigo.

Art. 24. Os recursos disponíveis do Fundo deverão ser aplicados pelo Presidente, mediante autorização do Conselho Deliberativo, em inversões rentáveis.

Parágrafo único. Os valores do Fundo deverão ser capitalizados à taxa de pelo menos 6% ao ano, da correção monetária.

Art. 25. As inversões a que se refere o art. anterior consistirão preferentemente nas seguintes operações:

- a) aquisição de títulos públicos;
- b) aquisição de imóveis rentáveis;
- c) depósitos "de poupança livre";
- d) depósitos bancários.

Parágrafo único. As operações do Fundo se farão através do Sistema Financeiro do Estado.

Art. 26. Fica o Fundo autorizado a conceder, mediante consignação em folha e garantias suplementares, empréstimos a seus contribuintes, de acordo com normas e condições a serem estabelecidas pelo Conselho Deliberativo.

Art. 27. Aos Deputados que integrarem a Assembleia Legislativa na presente legislatura será facultado contar, para efeito de aposentadoria prevista nesta Lei, como se de contribuição houvesse sido o tempo de serviço público já desempenhado, inclusive o correspondente a mandatos eletivos nas seguintes condições:

- a) limite máximo de quatro anos de exercício em cargo ou função pública não eletiva;
- b) que o tempo referido na letra "a" não haja sido nem venha a ser computado para qualquer outra aposentadoria do associado.

§ 1.º. Mesmo na hipótese deste artigo o benefício da aposentadoria somente poderá ser concedido a partir do término da atual legislatura.

§ 2.º. O valor da aposentadoria dos associados de que trata o presente artigo, será objeto de regulamentação especial a ser baixada pelo Conselho Deliberativo.

Art. 28. Dentro de trinta dias a partir da publicação desta Lei, serão eleitos pelos associados o Presidente do Fundo e os oito (8) membros do Conselho Deliberativo, em Assembleia Geral convocada pelo Presidente da Assembleia Legislativa. O mandato dos eleitos na forma deste artigo terminará a quinze de abril de 1975.

Art. 29. Incumbe ao Conselho, no prazo máximo de sessenta dias, baixar o regulamento do Fundo.

Art. 30. Em caso de suspensão das atividades normais do Poder Legislativo, ficarão automaticamente prorrogados os mandatos de presidente e dos membros do Conselho Deliberativo até a realização de novas eleições.

Art. 31. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 32. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Em 22 de novembro de 1973.

DAVID FEDERMAN — Presidente

as. ilegível — Relator

DOMICIO SCARAMELLA

Comissão de Constituição e Justiça

PARECER ao

PROJETO DE LEI N. 289-73

A matéria resulta de proposta da Comissão Especial constituída para estudar a criação da previdência parlamentar, que expressa as conclusões

obtidas ao longo de um cuidadoso estudo das bases, condições e operabilidade do Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar (FEPPA), e do órgão concebido para sua gestão.

Por iniciativa do ilustre deputado João Mansur, em 1971 a Casa aprovou a formação do citado grupo de trabalho que, após avaliar, detidamente, os órgãos previdenciários dos Estados de Santa Catarina, do Rio Grande do Sul e outros, bem como de entidades estatais do âmbito federal, concretizou em projeto uma das mais justas reivindicações daqueles que, por dever de ofício, não fazem outra coisa senão reivindicar em favor do povo que representam.

A garantia de um futuro tranquilo, mediante a contribuição sistemática em termos financeiros ao Fundo de Previdência, é penhor, inclusive, da liberdade com que o parlamentar necessita desempenhar suas altas e nobres funções.

A matéria tecnicamente se distribui com admirável equilíbrio e sobriedade, conferindo ao projeto uma coerência sistemática invejável.

Esse aspecto há de garantir, por antecipação, a tranquila viabilidade ao órgão e a consumação de seus importantes objetivos.

No que toca à Constitucionalidade e legalidade da iniciativa, e da natureza da matéria, nada existe em contrário.

Por tais motivos, opino pela aprovação do projeto.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 3 de abril de 1974.

as. ilegível — Presidente

SEBASTIÃO RODRIGUES — Relator

três as. ilegíveis.

Comissão de Finanças

PARECER AO

PROJETO DE LEI N. 289-73

I) — O Projeto em pauta, que já foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça, teve como base outros Fundos semelhantes ao proposto.

II) — Assim sendo, conforme se verifica pelo texto do mesmo, procurou a Comissão designada para tal trabalho, cuidar de importantes detalhes, principalmente do aspecto financeiro.

Do exame que fizemos no mesmo, verificamos que este Plano de Lei não acarretará aumento de despesa ao erário público, pois a contribuição do Poder Legislativo será através das sobras de verba e dentro das dotações que anualmente serão fixadas no Orçamento.

Nosso parecer é favorável à aprovação do Projeto.

Sala das Comissões, em 16-4-74.

as. ilegível — Presidente

GILBERTO CARVALHO — Relator

três as. ilegíveis

O SR. OLAVO FERREIRA — (Pela Ordem). Sr. Presidente, para encaminhar a votação e para discutir este Projeto.

Fizemos um propósito quando viemos para esta Casa, nunca legislar em causa própria. Gostaria que ficasse registrado na votação deste Projeto que nós somos contrários a sua aprovação.

E se não contarmos com a colaboração da Bancada da ARENA, gostaríamos de contar com a colaboração da valorosa Bancada do MDB que sempre está atenta a estes problemas financeiros, principalmente, o Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. E, eu gostaria que ficasse registrado que iremos votar contrário ao Projeto de Lei n.º 289-73. Conta com o apoio dos srs. Deputados, e como já disse, se não tivermos o apoio da nossa Bancada contaremos então com o apoio da ilustre Bancada do MDB.

O SR. SEBASTIÃO RODRIGUES — (Para encaminhar a votação)

Sr. Presidente, fui o relator do Projeto que cria o Fundo de Previdência Parlamentar. Fiz, Sr. Presidente, um estudo baseado naquilo que já existe em funcionamento na Câmara Federal, naquilo que já existe também no Estado de Santa Catarina e no Estado do Rio Grande do Sul. No ponto de vista do nobre Deputado Olavo Ferreira, jamais um Parlamentar poderá ter o seu Instituto de Previdência, a menos que o Governo Federal implante através do Ato Institucional n.º 5. Entendo eu que um Parlamentar, eu não advogo em causa própria porque mantenho meu vínculo previdenciário com o Banco do Brasil, mas há nesta Casa, que não é o caso do Deputado Olavo Ferreira, homem de grandes recursos, vejo nesta Casa quase comovido, homens que daqui saíram, cujo julgamento lá fora, eram homens que possuíam recursos, porque aqui se ganha bem. E nós tivemos que nos cotizar para pagar a hipoteca da casa de um deles. Entretanto, estes Deputados que por aqui passaram se encontram em situação difícil porque não havia um Instituto de Previdência parlamentar. O que pretendemos é contribuir para este Instituto. É o mesmo que qualquer empregado que contribui para a Previdência Social, é o mesmo que um funcionário público para o IPE. Porque como vemos, não há um enquadramento de previdência do Parlamentar. Não há uma forma do Parlamentar ser enquadrado na Legislação Previdenciária, a não ser através da sua própria instituição. Fiz este Projeto calcado num dos estudos mais sérios procedido pela Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul, sempre atenta na aprovação de Projetos desta natureza. Eu acho que um Parlamentar, ao final da sua passagem por esta Casa poderá ter os mesmos direitos dos assalariados, que é o direito da Previdência. Era o meu ponto de vista, já que fui invocado como membro da Bancada do MDB a me pronunciar sobre o assunto. Eu o havia feito na condição de relator do Projeto, não estava legislando em causa própria, caso contrário como se entender então que o Instituto de Previdência pudesse existir, se tudo tivesse de passar por esta Casa? É uma pergunta. Veja V. Exa. a menos que o Deputado Olavo Ferreira queira se referir aos presentes membros desta Legislatura; é a própria Assembléia, e o próprio Congresso Nacional, em primeiro lugar, a Câmara Federal, quem fixa os vencimentos do próprio político. Isto também é legislar em causa própria; caso contrário, teríamos de fazer um Requerimento a S. Exa. o Sr. Presidente da República, que promova pelo item 5, a criação da previdência; sempre terá de ser objeto de estudo pelo Poder Legislativo. É este o meu ponto de vista. — (Sem revisão do orador).

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, peço a palavra, para expor meu ponto de vista.

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao sr. Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, eu respeito; aprendi a respeitar o nobre Deputado Olavo Ferreira, nos longos anos de convívio amigo que tivemos nesta Casa. Divergimos realmente muitas vezes, sobre pontos de vista políticos. Mas sempre somos de uma unidade quase que comovedora nos instantes em que nos unimos para defender as legítimas aspirações do povo. Vejo em S. Exa. um dos mais brilhantes Parlamentares que já pas-

saram por esta Casa; que já passaram pelo Poder Legislativo do Estado. Mas, esta vez me perdoe nobre Deputado, não comungo de sua idéia e não perfilho a seu lado. Vou votar favoravelmente a este Projeto. Faço minhas as palavras do nobre Deputado Sebastião Rodrigues Júnior. Nós temos, estão aí os Anais da Casa para comprovar, diversas estórias a respeito dos homens que já representaram o povo neste Poder Legislativo. Temos exemplos de Deputados que já estão exercendo seu 5.º mandato; é toda uma existência, dedicada à causa pública. Eu perguntaria: — na sua veia, como ele vai se amparar ou amparar sua família, se ele dedicou toda sua existência na defesa da causa pública e exercendo o mandato popular? Pode me responder que o mandato é por tempo certo e que todos conheciam a regra do jogo, antes de se candidatarem a um posto eletivo. Mas se todos pensassem da mesma forma, não existia democracia no País; e ruim com os Deputados, muito pior sem eles, porque somos o anteparo do povo contra a tirania do Poder Executivo e a Democracia só se exercita através do voto; e a Democracia só é pura quando os homens vêm aqui representar o povo nas grandes decisões das leis que aqui se votam. Então este homem que dedicou uma vida, uma existência, em favor do povo, merece a sua aposentadoria.

Não é votar em Causa própria, me desculpe o Deputado Olavo Ferreira, não é imoralidade. Imoralidade é fazer eleições à custa do Governo, ser freguês das Secretarias; isto é imoralidade, mas votar uma lei que assegure uma aposentadoria justa e condigna a um representante do povo, não é imoralidade. Se for, cassem meu mandato porque vou votar favoravelmente, como votei na Comissão de Legislação e Justiça, quando apreciamos este Projeto. Voto conscientemente, graças a Deus. No ocaso da minha vida não preciso de aposentadoria; mas olho homens pobres que aqui representam o povo paranaense. Estes homens tem o direito de ao fim de sua carreira política ou quando a infortuna bater à sua porta, ter aonde se amparar através de uma aposentadoria digna e justa. E, como disse o Deputado Sebastião Rodrigues Júnior, não há privilégio nenhum. Talvez o único privilégio é dos atuais ocupantes das cadeiras deste Poder Legislativo. Mas é um Instituto de Previdência como outro qualquer. A Instituição desconta 50%, o segurado mais 50%. É assim que procedem todas as Instituições Previdenciárias do País. O próprio Presidente da República está amparado. Quando for para casa, além dos vencimentos de Presidente da República, terá também seu Instituto. O Governador do Estado também.

Há pouco esta Casa votou a uma viúva de Governador um subsídio de Governador do Estado e ninguém disse que é uma imoralidade. Como é que vem agora se transformar em vestais para agredir o homem público. Imoralidade é se eleger à custa do dinheiro público.

Meu voto é favorável. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Muggiati Filho.

O SR. MUGGIATI FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Chamado por assim dizer à lide pelo eminente Deputado Olavo Ferreira e, principalmente por ser nosso o Requerimento de urgência para este Projeto, desejo também registrar o meu voto. Sem embargo o respeito que nos merece a capacidade e a idoneidade intelectual do ilustre Deputado Olavo Ferreira, votaremos favoravelmente e de acordo com o pensamento do ilustre relator da matéria, Deputado Sebastião Rodrigues Jr.

E o fundamento principal de nosso voto é que também somos beneficiados do Instituto Nacional de Previdência Social, na qualidade de bancária em que me conservo até hoje, portanto com pensão, auxílio doença e aposentadoria assegurados por lei. Mas mesmo se assim não o fosse, se não estivesse nestas condições, votaria favoravelmente ao Projeto porque entendo que esta Casa, através de seus membros hoje presentes nela, não está legislando em causa própria nos termos do artigo 4.º, que diz: "Somente terá direito à aposentadoria o associado que houver feito 96 contribuições mensais sucessivas para o Fundo, nos oito anos imediatamente anteriores à concessão do benefício". E mais, de ser isto apenas e tão somente uma redundância da Legislação federal. Quem poderia arguir o fundamento de legislar em causa própria seria a Câmara Alta, mas essa também não pode evitar a análise da matéria, que está em plena vigência e, conseqüentemente é Lei federal e a ela nos submetemos.

Era o que queria registrar. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Concedo a palavra ao Deputado Ivo Thomazoni, para encaminhar a votação.

O SR. IVO THOMAZONI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Tão somente para fixar a minha posição diante da matéria. Devo admitir, Sr. Presidente, que na Legislatura passada esta Assembléia pretendeu a instituição do Fundo Estadual de Previdência do Parlamentar. Não por uma única vez, mas em reiteradas oportunidades, dialogamos com Deputados catarinenses, para verificar a validade da aplicação da Lei que instituiu naquele Estado o organismo que atende os interesses dos parlamentares que tenham exercido mandato eletivo na Assembléia Legislativa, por um período não inferior a oito anos. Sou, portanto, favorável à matéria, voto pela sua aprovação. E, neste momento da votação, cumprimento o Sr. Deputado Relator da matéria que houve por bem emitir e esclarecer a forma como estava redigido o parecer. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Em votação o Projeto de Lei n.º 289-74. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — Sobre a mesa, Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Irmão Galdino, ocorrido em trágico acidente automobilístico. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Leopoldo Jacomel, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento de Chafi Boazar, ocorrido em Piraquara. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gabriel Manoel, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento da Senhora Odécia Nicolele, ocorrido no Município de Joaquim Távora. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Chafi Boazar, ocorrido em Piraquara. — Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando seja renovado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que se digne determinar a correção da Mensagem Governamental

que diz respeito ao funcionalismo e, abrangendo com iguais benefícios os três Poderes. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando dispensa de publicação de Redação Final, de diversos Projetos de Lei. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Jorge Sato, constante do Expediente, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n.º 282-73. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja implantado com urgência o Decreto n.º 362-72, para os funcionários da Assembleia Legislativa. — **A consideração da Comissão Executiva.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Diretor do Detran, visando seja dilatado o prazo de validade de certidão negativa. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do Expediente, solicitando voto de congratulações pela investidura nas elevadas e honrosas funções de Vice-Consul da Espanha em nossa Capital, do Senhor Saturnino Hermendo Gordó. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Alvaro Dias, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Ministro dos Transportes, no sentido de que sejam tomadas providências para o asfaltamento da rodovia Campo Mourão-Goioerê, BR-272. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a necessidade de serem adotadas urgentes providências, no sentido de melhorar as condições de tráfego da Rodovia do Café. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Presidente da Telepar, visando a adoção de urgentes providências para melhorar o serviço de comunicações telefônicas procedido através do sistema de DDD. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do Expediente, solicitando seja encaminhado apelo ao Sr. Governador do Estado, no sentido de que, a par da Mensagem que beneficia os funcionários do Poder Executivo, envie também Plano de Lei complementar abrangendo, para a medida, os funcionários de nível universitário dos Poderes Legislativo e Judiciário, bem como o pessoal do Tribunal de Contas. — **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Paulo Poli, constante de Expediente de Sessão anterior, solicitando seja oficiado ao Sr. Superintendente do Instituto de Previdência do Estado, agradecendo pelas providências tomadas a fim de se instalar um Posto de Atendimento, na cidade de Arapongas. — **Em discussão.**

O SR. MUGGIATI FILHO — (Pela Ordem) Sr. Presidente, poderia V. Exa. informar qual a súmula desse Requerimento?

O SR. PRESIDENTE — (Lê a súmula)

O SR. MUGGIATI FILHO — (Para discutir) Sr. Presidente, nada temos a opor ao Requerimento do nobre Deputado Paulo Poli, no que diz respeito ao envio de agradecimentos ao Sr. Diretor do Instituto de Previdência do Estado do Paraná. Entretanto, o Requerimento do nobre Deputado Paulo Poli nos obriga a registrar nesta Casa os antecedentes que existem em torno do fato, qual seja a instalação de uma agência do IPE na sede do Município que temos a honra de representar nesta Casa, ou seja, Arapongas. Entendemos, Sr. Presidente, que na sua função legislativa, o administrador, o Chefe do Poder Executivo, o Chefe do Poder Legislativo podem, e devem obrigatoriamente, pertencer a um Partido político. Mas no exercício de sua função, quando se tem em vista o exercício das atribuições legislativas, nunca vi dessa Tribuna, a sigla partidária sobre qualquer um de meus nobres Pares. Entendo que a nossa função, embora ela possa representar uma satisfação ou cumprimento de um mandato recebido de uma maioria relativa do povo, ela também representa, de um modo geral, o cumprimento de um mandato eletivo.

Desejamos que fique plenamente registrado nesta Casa, que no momento em que o País, através, inclusive, de propaganda oficial, procura colocar a classe política sempre num plano de pouca seriedade, não deve passar sem os reparos necessários, por parte daqueles que desejam realmente criar uma nova mentalidade dentro de nosso País, porque nele não existe uma verdadeira mentalidade brasileira e uma classe política que consiga fazer com que quando alguém se referir aos políticos, não se refira aos politiquinhos, não deve deixar sem os devidos reparos, dizia eu, a conduta, as atitudes do ilustre Dr.

José Maria Azevedo, na qualidade de Diretor Superintendente do Instituto de Previdência do Estado. É fácil de explicar.

O Prefeito Municipal de Arapongas, Dr. Waldyr Pugliesi, nos primeiros dias de sua gestão administrativa, veio de Arapongas pleitear uma agência do IPE e o fez porque sentia a necessidade da instalação dessa Agência na cidade que ele administra e, diga-se de passagem, com toda a integridade que deve caracterizar um administrador honesto.

Como não poderia deixar de ser, procuramos ajudá-lo e como conseguimos saber, junto a alta administração do IPE nesta Capital, que as instalações de Agências estavam se fazendo de conformidade com exigências políticas. Em data de 18 de março de 1974, tivemos a honra de submeter à apreciação desta Casa um Requerimento, que foi aprovado, dirigido ao Exmo. Sr. Emílio Hoffman Gomes, no sentido de que determinasse através do Diretor Superintendente do Instituto de Previdência do Estado, providências para a instalação desta Agência naquela cidade por ser de necessidade conforme, resumidamente, expusemos no Requerimento.

Não quer dizer que desejo chamar para mim ou para o Prefeito de Arapongas a paternidade do assunto como motivo de promoção pessoal. Sempre combatemos e entendemos que um dos maiores cancores da democracia brasileira é a demagogia. Por isto não tenho escrúpulo algum em afirmar que a iniciativa dessa medida solicitada ao Sr. Governador começa pelo Prefeito Municipal de Arapongas.

Em data de 7 de abril de 1974 o jornal "Folha de Londrina", sob o título "Arena solicita agência do IPE em Arapongas" publicou uma nota em que, entre outras coisas, está dito o seguinte:

"O Diretório Municipal da Arena reuniu-se no final da semana com diretores do Instituto de Previdência do Estado (IPE) e solicitou a instalação de uma agência do órgão em Arapongas.

Representando o órgão previdenciário estadual, estiveram presentes o Diretor Superintendente, José Maria de Azevedo, o Diretor do Departamento Médico, José Maria Munhoz da Rocha e o Secretário-Geral, Elias Feder, que praticamente acertaram a instalação da agência.

Segundo fontes arenistas o prédio para a instalação do IPE em Arapongas já foi terminado e até terça-feira espera-se a decisão final sobre o assunto".

Vale pois estranhar, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que o titular de um órgão previdenciário, no exercício de suas atividades, proceda com um visível faccionismo político, tão visível que se não o conhecessemos pessoalmente e o tivéssemos na melhor conta — colega que fomos do tempo do ensino secundário, como um homem de cuja integridade nenhuma dúvida resta — mas se não o conhecessemos não teríamos a menor dúvida em julgá-lo carecedor da mais elementar ética, elegância e independência como administrador. Não acreditamos que se não estivessemos num ano eleitoral, fosse S. Exa. levado a uma conduta que mal condiz ao seu bom nome de administrador. Quando, principalmente, sabe ele que o Prefeito Municipal de Arapongas, Dr. Valdir Pugliesi colocou a Prefeitura inteiramente à disposição do IPE, material e funcionalmente, porque, inclusive, funcionários municipais foram colocados à disposição desse órgão para sua instalação naquele Município. E então, perdeu S. Exa. a oportunidade de dar um exemplo de como deve ser verdadeiramente desenvolvida a administração pública num regime democrático. Poderia ele ter reunido na Prefeitura de Arapongas os representantes dos dois Partidos existentes. Poderia ali ter exercido a sua administração em contato com as autoridades municipais e de lá saído para também, sob o aspecto que não está contido neste Requerimento, mas pelo aspecto não só formal dos deferimentos, e principalmente, pela concretização de uma administração que se coloque acima das paixões políticas, carreando para a sua folha de serviços ao Estado, que deve ser bem brilhante, mais uma conquista para a sua administração. Colocada, porém, sob esse aspecto de política facciosa, em que nem retribuir a visita que fez ao IPE o Governador do Município, foi o ilustre Superintendente capaz de fazê-lo, demonstrando que agiu, não como um político, mas sim como um politiquinho. Mesmo assim como se trata de agradecer um benefício em favor do povo de Arapongas e da sua Região, nós votaremos em favor do Requerimento do Deputado Paulo Poli, porque colocamos, acima da politiquice, a verdadeira política. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — Encerrada a discussão. Em votação. **Aprovado.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Erondy Silvério, constante do Expediente, solicitando voto de pesar pelo falecimento do Sr. Francisco Rodrigues Torres. — **Aprovado.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para amanhã, dia 18, à Hora Regimental, com seguinte

ORDEM DO DIA:

3.a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 111-73.

2.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 186-73, 187-73, 195-73, 289-73.

1.a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs. 180-73 e 181-73.

Marcando ainda, uma Sessão para o dia 19, sexta-feira, às 10,00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs. 36-70 — 275-71 — 288-71 — 19-72 — 134-72 — 173-72 — 179-72 — 60-73 — 68-73 — 218-73 — 222-73 — 251-73 e 273-73.

Levanta-se a Sessão.